



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JOSÉ POLICE NETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 16-11-15

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Suspensão

O SR. MILTON LEITE – Com a presença do Vereador Milton Leite, presidindo a Comissão de Finanças neste momento, declaro abertos os trabalhos da 34ª audiência pública do ano de 2015, 7ª temática sobre o PL 538/2015, Orçamento de 2016. Informo que esta reunião está sendo transmitida através do Portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, no link Auditórios on line. A íntegra da transcrição desta audiência pública estará disponível ao público no Portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, no link Atividades Legislativas - Audiências Públicas - Registro.

Informo às senhoras e senhores que a partir deste momento aqueles que desejam se pronunciar, devem se dirigir à mesa junto à secretaria e fazer sua inscrição.

Estamos iniciando a audiência pública da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo. Estão presentes o Secretário Alexandre Padilha, acompanhado da Chefe de Gabinete Mariana; o Superintendente da Autarquia Hospitalar Municipal, Arthur Goderico Forfghieri Pereira; a Superintendente do Hospital do Servidor Público Municipal, Regina Lucia Pedro Athie. Peço que todos tomem assento à minha direita e se cerquem dos assessores que considerarem necessários.

- Suspensa, é reaberta a audiência sob a presidência do Sr. Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra o Secretário Alexandre Padilha para fazer uma explanação da Proposta Orçamentária para os presentes.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Bom dia a todos. Quero saudar o presidente desta comissão e relator do Orçamento, Vereador Milton Leite e em seu nome saudar todos os presentes. Um abraço ao presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, o Sérgio. Quero reapresentar a nossa equipe da Secretaria Municipal de Saúde: Dra. Mariana, a nossa Chefe de Gabinete; Dr. Arthur, Superintendente do setor de Autarquias; e, Regina Athie, Superintendente do Hospital do Servidor Público Municipal.

Quero agradecer à comissão pelo entendimento e transferência da data desta apresentação. Na última quinta-feira estávamos numa atividade previamente agendada num congresso muito importante em Ermelino Matarazzo de 10 anos do Curso de Obstetrix na cidade de São Paulo.

Aliás, Presidente Milton Leite, esta Câmara Municipal quando o Prefeito Fernando Haddad encaminhou o projeto de lei para o novo plano de carreiras da Saúde, algo sonhado há 13 anos pelos trabalhadores e trabalhadoras da Saúde da cidade de São Paulo, fez um acréscimo nesse plano de carreira muito importante que vai marcar a história da cidade de São Paulo e a história da saúde pública. A Câmara Municipal acrescentou ao projeto original do Governo a criação da carreira de Obstetrix como parte do quadro dos servidores públicos municipais. Essa é uma posição bastante firme em defesa do parto humanizado, do fortalecimento do papel das equipes multiprofissionais no cuidado às gestantes.

Os senhores e as senhoras sabem que a questão do parto humanizado é muito importante para a saúde pública brasileira. Temos uma verdadeira indústria de cesarianas na rede pública; e, sobretudo na rede privada. E esse congresso na última quinta-feira comemorava os 10 anos do curso de obstetrix e a iniciativa da Câmara Municipal de colocar obstetrixes no plano de carreira. No começo de 2016 teremos o primeiro concurso público na história de São Paulo para obstetrixes.

- Apresentação audiovisual.

Vou começar a apresentação com relação à evolução do Orçamento da Secretaria de Saúde do Município de São Paulo, a proposta e a previsão para 2016. O Prefeito Fernando Haddad apresentou para o debate na Câmara uma proposta que ultrapassa os 9 bilhões e 400 milhões de reais, o que mostrar uma tendência do Prefeito Fernando Haddad de aumentar ano a ano dos recursos para a saúde.

A cidade de São Paulo, com o Prefeito Fernando Haddad, já investe em saúde mais do que a Emenda Constitucional nº29 estabelece como investimento, ou seja, 15% da receita.

Começou em 2013 com 18% da receita e vem crescendo ano a ano. O crescimento era de cerca de 10% e agora 11%. Isso faz com que ultrapassemos 20% da parcela da receita para investimentos na área da saúde. Isso demonstra o compromisso do Prefeito Fernando Haddad de ampliar cada vez mais os investimentos com a Saúde, ultrapassando aquilo que a lei e a Constituição estabelecem como obrigatório.

Em relação à evolução do Orçamento durante todos esses anos, 2014, 2015 e da Proposta Orçamentária de 2016, quero mostrar inicialmente a participação das transferências, tanto daquilo que é próprio do Tesouro Municipal e o que é contribuição das transferências federais e estaduais. Os senhores podem ver que a maior parte do Orçamento investido na cidade de São Paulo provém do Tesouro Municipal, daquilo que é estabelecido em participação direta do cidadão de São Paulo, das contribuições do cidadão. Temos uma participação importante das transferências federais e elas cada vez mais ampliam a sua participação nos recursos da saúde. O Prefeito Fernando Haddad retomou a parceria com o Governo Federal, reencontrou a rede pública municipal da cidade de São Paulo com o Sistema Único de Saúde. Não teve a postura, o que existe muitas vezes, de colocar os interesses partidários e políticos à frente da saúde pública, o que muitas vezes se nega a participar, a compartilhar de programas do Governo Federal, do Governo do Estado. Pelo contrário, o Prefeito Fernando Haddad ampliou essas parcerias e temos aí para 2016 a expectativa de um crescimento importante em repasses que já são comprometidos, que já estão iniciados, a maior parte deles, em cima de portarias que foram estabelecidas com o Governo Federal e como Ministério da Saúde em 2013, no primeiro ano da gestão Fernando Haddad. Sei bem dessa história porque eu era Ministro da Saúde nesse ano.

Os senhores podem ver a baixíssima participação de transferências estaduais e uma queda, inclusive, mostrando que a saúde da cidade de São Paulo depende basicamente, fundamentalmente, do esforço do paulistano, da atividade econômica da cidade de São Paulo, do Tesouro Municipal e de transferências federais em todos os sentidos: na área de vigilância

em saúde, na atenção à saúde, na atenção básica, na atenção especializada, nos hospitais, nos serviços de urgência e emergência e na saúde mental.

Aqui a distribuição desse Orçamento por macrogrupos das ações dos investimentos. Os senhores podem perceber um crescimento cada vez mais importante. De 2014 para 2015 o investimento, o esforço de valorização dos trabalhadores e trabalhadoras, o maior crescimento proporcional do Orçamento, do investimento, inclusive da execução. Comparando 2014 com 2015 é exatamente naquilo que envolve o investimento dos trabalhadores e trabalhadoras. Isso tem relação direta com a conquista do plano de cargos, carreiras e salários que esta Câmara participou ativamente da votação. Quero agradecer mais uma vez na pessoa do Vereador Milton Leite o esforço da Câmara Municipal em aprovar o projeto encaminhado pelo Prefeito Fernando Haddad, um projeto que previamente vinha sendo discutido na mesa de negociação com os trabalhadores e as trabalhadoras, o que faz com que o maior percentual de aumento quando comparamos os segmentos dos grupos do nosso Orçamento foi investimento em recursos humanos, na valorização dos trabalhadores.

Quando fazemos o detalhamento fica mais evidente esse aumento. Apenas para todos poderem ver, em 2014, 2015, deixamos 19% de aumento em valorização dos trabalhadores e trabalhadoras da cidade de São Paulo, envolvendo fortemente os recursos federais e um pouco de transferências federais que estão relacionadas com a força de trabalho que existe na cidade de São Paulo.

Vocês podem ver também um crescimento importante de 2015 para 2016. Quero chamar a atenção para isso, a proposta que apresentamos. Estamos projetando um crescimento importante nos investimento de capital, construção e equipamentos na rede pública municipal da cidade de São Paulo. Os senhores e as senhoras sabem que existe um ciclo entre conseguir captar recursos, o Prefeito Fernando Haddad captou recursos em 2013, e começar a redirecionar o Orçamento. Foi discutido com a população o conjunto de prioridade acerca dos investimentos. Depois o processo de elaboração do projeto, desapropriação do

terreno, licitação e início da execução das obras. Só este ano tivemos uma forte aceleração nas obras do Hospital de Parelheiros, início do Hospital de Brasilândia que esta Câmara Municipal contribuiu com a aquisição de recursos para o investimento do Hospital de Brasilândia, o início da construção de mais 13 UPAs 24 horas na cidade de São Paulo. Não tinha nenhuma UPA antes do Prefeito Fernando Haddad e vai terminar o seu primeiro mandato com essa espécie de pronto-socorro do Séc. XXI, equipado com mais estrutura, distribuído em toda a cidade. É o início de construção de várias unidades básicas de saúde, ampliação dos hospitais-dia da rede Hora Certa. O Prefeito Fernando Haddad fez um esforço para acelerar esse ciclo de execução e que culmina em 2016 com aumento importante naquilo que é um grupo de investimentos, construção e equipamento da rede pública da cidade de São Paulo.

Aqui só o detalhamento dos investimentos, o que reforça os compromissos do Prefeito Fernando Haddad de primeiro construir hospitais na periferia da cidade de São Paulo, de recuperar a capacidade de leitos hospitalares, por exemplo, para a periferia da zona Sul de São Paulo, que é exatamente a população com o menor número de leitos. A primeira recuperação já acontece esta semana quando o Prefeito Fernando Haddad irá na quinta-feira – e já quero convidar todos que estão aqui – para participar da inauguração do antigo Hospital Santa Marina, agora Hospital Gilson Carvalho graças também a esta Câmara que estabeleceu nome para o novo hospital. É um novo hospital para a cidade de São Paulo. Há muitos anos a cidade não ganha um hospital municipal, o que amplia em mais 100 leitos para a zona Sul da cidade de São Paulo. Até janeiro serão 250 leitos ao todo, fazendo transplantes, tratamento de câncer, o que ainda não é feito em hospitais municipais; e, já inaugura com o Centro de Parto Normal, dentro da lógica do parto humanizado, no atendimento humanizado às mulheres na cidade de São Paulo.

O primeiro grande compromisso do Prefeito para o próximo ano é a continuidade desses investimentos. O Hospital de Parelheiros, o Hospital Gilson Carvalho e o Hospital da Brasilândia que esta Câmara Municipal contribuiu para viabilizar os recursos. Outro

crescimento importante para as unidades UPA 24 horas, unidades de pronto-atendimento. A cidade de São Paulo não tinha um equipamento como esse. Devemos concluir o ano de 2016 com pelo menos 15 novas UPAs construídas, com sete novas UPAs que são equipamentos já existentes que estão sendo reformados em parcerias com associações sociais. Quer dizer, vamos terminar com 22 novas UPAs 24 horas espalhadas pela cidade de São Paulo. Então, é um investimento importante também.

E um investimento nas unidades básicas de saúde o que reforça o compromisso do Prefeito Fernando Haddad de reestruturar a atenção básica de saúde. Sabemos que uma boa saúde começa com unidades básicas de saúde com condições de trabalho, bem estruturadas, próximas onde as pessoas vivem e moram, permitindo o trabalho de uma equipe multiprofissional não só de médicos, mas de agentes comunitários de saúde. O Prefeito Fernando Haddad vem realizando o sonho de mais de 20, 30 anos de vários bairros. Um exemplo é o Pró-Morar, na zona Leste; outro exemplo é o Cantinho do Céu, na periferia da zona Sul; o Brasilândia III, na periferia da zona Norte; o São Remo, na periferia da zona Oeste. Isso para citar alguns exemplos de unidades que há mais de 20 anos são debatidas, solicitadas na cidade de São Paulo e que o Prefeito Fernando Haddad está transformando essas unidades em realidade.

Alguém pode perguntar, a Dona Socorro não está aqui, que é a grande representante dos idosos, mas onde estão as unidades de referência saúde do idoso. Nós conseguimos um acordo. Nós tínhamos muita dificuldade em encontrar terrenos apropriados para as unidades de referência do idoso e para outras unidades também. Mas, conseguimos um acordo com a Uninove que vai construir, e que já começou esse processo, cinco unidades que serão unidades de referência para a saúde do idoso nos seus campos que ficam alocados em estações do metrô. Então, serão pontos importantes na zona Sul, na zona Leste, na zona Oeste e na zona Norte já envolveram os profissionais da Uninove que vêm da escola de formação de médicos, de odontólogos, de fisioterapeutas, fonoaudiólogos, geriatria, cardiologia.

Aliás, a diretora da Uninove foi minha professora na faculdade de medicina na USP. Ela é especialista em geriatria. Então, é quem está conduzindo e teve esse interesse todo de transformar essas unidades da Uninove em unidade de referência do idoso.

Além de ter unidade de referência dos idosos, que é importante ter para ser uma referência técnica para os profissionais, mas o mais importante é a expansão do programa de acompanhamento do idoso, que é um programa muito importante que funciona como um projeto piloto, mas que vai passar a ser uma política pública estendida para toda a periferia da cidade.

Então, 16 subprefeituras terão pelo menos uma equipe do programa de acompanhamento do idoso para que a gente reforce o cuidado ao idoso desde a atenção básica e não fique apostando em projetos pilotos, em equipamentos que ficam isolados e que não dão conta do cuidado à população do idoso. Aqui é a distribuição da proposta orçamentária para 2016 entre o Fundo Municipal de Saúde, a Autarquia do Hospital Municipal e o Hospital do Servidor Público Municipal. Depois vou ficar à disposição de perguntas que possam aparecer.

Aproveitando que este é o último slide para iniciarmos a discussão e ficarmos à disposição dessa comissão, apenas reforçando que essa é a previsão orçamentária para esses órgãos, mas mais do que a previsão orçamentária, tivemos a aprovação na junta orçamentária financeira da Prefeitura Municipal de São Paulo e o compromisso, o anúncio por parte do Prefeito Fernando Haddad. Já começamos os preparativos operacionais, administrativos para isso.

Nós, no começo do ano de 2016, além dos recursos orçamentários, vamos recuperar a capacidade de força de trabalho. É lógico que isso impacta no orçamento, a Previsão orçamentária está prevendo isso. Dessas instituições, tanto da autarquia dos hospitais como do Hospital do Servidor Público Municipal, porque vamos realizar um concurso na autarquia do Hospital do Servidor Público Municipal, um concurso que recupera todo o

grupo de trabalhadores hoje que têm contrato emergencial e que vêm se arrastando há anos. O volume de trabalhadores que estavam com contrato emergencial, médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, a composição do que tem no contrato emergencial hoje. Chamaremos um concurso público, Está tudo preparado, autorizado, sendo detalhado tanto pela Autarquia como pelo Hospital do Servidor Público Municipal. E vamos realizar para a Secretaria Municipal de Saúde um novo concurso que demarca claramente qual é o modelo de atenção à saúde que queremos para a cidade de São Paulo. Primeiro porque incorpora a carreira de obstetrix. Será a primeira vez que teremos obstetrix efetivas sendo contratadas pela cidade de São Paulo. É uma das primeiras cidades, da nossa dimensão, a fazer um concurso como esse. Teremos também pela primeira vez concurso para médico de família e de comunidade. A cidade de São Paulo nunca teve concursos porque sempre apostou no crescimento da estratégia de saúde da família através exclusivamente das organizações sociais, sem ter uma política com os servidores públicos da administração pública.

Sérgio, certamente você vai perguntar isso daqui a pouco. Todos os concursados do concurso que foi realizado pelo Prefeito Fernando Haddad em 2013, todos serão chamados para preencher as vagas publicadas. Vamos fazer uma chamada no final do ano para repor a força de trabalho da equipe de enfermagem do Hospital Municipal Cachoeirinha e uma parte da equipe de enfermagem do Hospital do Servidor Público Municipal. Um segundo grupo será chamado a partir de maio, chamando para preencher todas as vagas necessárias.

O Prefeito Fernando Haddad antes de terminar seu mandato não só faz um concurso que recupera a força de trabalho da Secretaria Municipal da Saúde da Cidade de São Paulo e seus hospitais, mas chama todas as vagas publicadas nesse concurso.

Acho que é isso, Presidente Milton Leite. Fico à disposição para perguntas e questionamentos da comissão.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vamos iniciar pela Superintendência do Hospital do Servidor Público Municipal. Aqueles que desejarem formular questões aos Sr.

Secretário e sua equipe tanto do Hospital do Servidor Público Municipal como das Autarquias, estão abertas as inscrições.

Sr. Secretário, vou perguntar e acredito quer é a Regina quem deve responder. Vamos iniciar pela rubrica 2.100, da administração da unidade, o senhor está estimando -4%. O senhor tinha em 2015 232.8 e em 2016 está gastando 224.6. Por que a redução de 4% quando se trata de funcionalismo? O que houve na rubrica.

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA – Quero fazer uma observação e passar para a Regina. Nos anos anteriores também fizemos a discussão sobre as questões orçamentárias e o que a gente sempre bate na tecla, e sua pergunta ressalta isso de novo, é que quando elaboramos o Orçamento de 2016, no nosso caso foi isso que aconteceu também, nós levamos em consideração o que de fato está em execução em 2015. Lembrando que quando pegamos o orçado... a comparação que você fez foi pegar o orçado para 2015 e pressupor uma queda para o Orçamento de 2016.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Nós comparamos o orçamos. Se quem pleiteou para essa rubrica para essas rubricas de 2015 e 2016.

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA – Na proposta de 2016 a redução de 4% é porque a gente faz a avaliação com base no que está sendo executado de fato. Não é uma redução. É um aumento com relação ao que vai ser realmente gasto em 2015.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Entendi, mas isso não muda o fato. Então, você não está gastando? O que está ocorrendo com a execução orçamentária de 2015. Se não é em 2016 o problema, estou trazendo para 2015. Não estão gastando dinheiro por quê? O que está acontecendo na execução orçamentária que é a administração de pessoal. O que houve? Quais contratos não foram cumpridos? O que houve? Está faltando dinheiro para pessoal e não estamos gastando na execução?

A SRA. REGINA ATHIE – Houve uma redução em 2015 dos precatórios em relação a 2016. Acho que isso deve explicar.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – De quanto foi essa redução?

A SRA. REGINA ATHIE – 10 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tudo bem. mas se for de 158 daria 168. Para 232 a diferença é grande considerando que você está só executando o valor a menor. O que está acontecendo com o quadro de pessoal. Houve aumento de pessoal? Na rubrica está o aumento aqui. Qual é o aumento previsto de pessoal?

A SRA. REGINA ATHIE – Houve um aumento de pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – De 2015 para 2016 quanto a senhora está prevendo de aumento?

A SRA. REGINA ATHIE – Acho que será pouco o aumento. O que aconteceu? Com a mudança do plano de cargos e salários, nós tivemos um aumento importante em 2015.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Então, em 2016 não deve haver aumento. É isso?

A SRA. REGINA ATHIE – Nós vamos repor essas deficiências, como o Secretário falou. Vamos compor o quadro de enfermagem. O quadro de médicos não é nem aumento, é reposição dos contratos de emergência.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – O sindicato vai reclamar daqui a pouco desse aumento.

A SRA. REGINA ATHIE – Não sei. Acho que não vai reclamar.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Mas em 2015 está sobrando dinheiro. Vocês vêm pedir dinheiro e aqui está sobrando.

A SRA. REGINA ATHIE - Não vamos contratar, mesmo tendo necessidade, porque não temos concurso, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Você não entendeu. Você tinha orçado 252. Você está gastando 159. Na execução orçamentária dessa rubrica tem dinheiro a mais. Vocês não vão gastar esse dinheiro em 2015.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Presidente, são duas questões fundamentais.

Primeiro, o senhor fez uma pergunta:” foi feita uma previsão no Orçamento 2015, aquele encaminhado e aprovado pela Câmara Municipal e que por esforço da gestão nem todo esse orçamento foi executado, obviamente permitiu a execução de outras áreas”. Isso é correto.

Aonde estava essa previsão?

É importante todo mundo saber que 2014 para 2015 tivemos, graças a essa Câmara Municipal – quero reforçar aqui -, a aprovação do novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários para a Secretaria Municipal de Saúde e os servidores que eram ligados ao Hospital do Servidor Público Municipal também foram incorporados a esse plano, o qual foi muito positivo para esses trabalhadores.

Então, certamente, foi feita uma previsão da adesão, da migração, desses servidores, pois não estava definido, por exemplo, como se pagaria o retroativo, qual seria o valor, a partir de quanto se pagaria ou não. Portanto, tinham questões que, tanto a Secretaria Municipal quanto da autarquia do servidor público municipal, e que, certamente, foi feita uma previsão talvez maior mesmo para 2015, e que o esforço de aprimoramento de gestão, inclusive, de combate a qualquer tipo de desperdício – de não permitir desperdício -, quer dizer, nós aprimoramos muito o mecanismo de compra de medicamento, de administração de contratos – e vamos continuar fazendo isso, porque, na Saúde, é importante combater qualquer tipo de desperdício – e tudo isso, com certeza, permitiu que o Hospital do Servidor Público Municipal também pudesse manter sua parte administrativa, executando um valor menor do que estava previsto no Orçamento e, assim, permitiu direcionar esse recurso para outras áreas.

Quero reafirmar aquilo que disse a Dra. Mariana que: aquilo que estamos prevendo para 2016 é maior do que o executado esse ano. Ou seja, estamos reduzindo em relação ao que foi executado esse ano. Agora, vamos continuar com esse esforço de combate a qualquer tipo de desperdício, revivendo sempre contratos, contratos de administração, juntando

processo de compra da Secretaria com o Hospital do Servidor Público Municipal com a autarquia, às vezes isso permite compras melhores, buscando modernizar sempre a gestão. Nesse sentido, estamos debatendo com a autarquia propostas para melhorar a administração de logística. Aliás, unificando-se algumas das partes logísticas, pode ter um ganho de escala, reduzir desperdício e ganhar recursos com isso. Então isso é um esforço permanente.

A Dra. Mariana quer complementar.

O SR. MILTON LEITE – Por favor, Dra. Mariana, temos várias rubricas, peço que seja bem rápido.

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA – É para falar do conjunto só. É que acho que o Hospital do Servidor Público passou por um processo, agora, de reinvestimento nele para que cresça o orçamento executado que prevemos para 2015.

P - Só conclui, Dra. Mariana, é louvável que se tenha gasto menos, não gosto é que não sobre dinheiro, quer dizer, está sobrando porquê?

R - Em termos de execução deve crescer 20% o orçamento de 2015 em relação a 2014.

P - Então vai se economizar dinheiro esse ano aqui?

O SR. ALEXANDRE PADILHA - Não, nós fizemos...

O SR. MILTON LEITE – Para remanejar?

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA - O que?

O SR. MILTON LEITE – Na 2100, havia 224, o que vai fazer com a diferença? Os senhores estão executando só 159. Os senhores não vão gastar o total de 232 esse ano, então, na 2100?

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA – Não, não vamos gastar.

P - Está aí a pergunta: vai remanejar ou o que vão fazer com o dinheiro?

R - Já foi uma parte remanejada e outra...

P - Já foi retirado? É que não está aqui, pois os senhores estão comparando com o

outro aqui. O atualizado, olha aqui, até outubro de 2015, estava em 230, não mudou isso aqui. O atualizado está em 230, os senhores não tiraram 2 milhões daqui, só?

R - Provavelmente deve estar congelado esse pedaço, se pudemos congelar outras dotações do HSPM em função do congelamento.

A SRA. REGINA LUCIA PEDRO ATHIE - Vereador, só para completar e acrescentar exatamente o que o Secretário Padilha disse: a diferença dos cargos do HSPM do restante dos cargos da Saúde – tanto da autarquia, quanto da direta – era muito grande. Isso o Sindiseesp sabe e vai confirmar.

Nós esperávamos um impacto muito maior quando esse cálculo terminasse, porque a diferença era muito grande. E o impacto acho que foi menor, apesar de ter conseguido – em alguns casos – aumentar em 138% o salário do funcionário, mas ele foi menor do que o provavelmente esperado. Eu creio que foi isso que deu a diferença, porque houve uma melhora importantíssimo, tanto que estamos conseguindo contratar profissional esse plano foi fundamental para o HSPM – na verdade, vital, eu diria – mas acho que o impacto que nós aguardávamos era muito maior.

O SR. MILTON LEITE – Eu já estou satisfeito. Quer dizer, na verdade, resumidamente, o dinheiro, segundo a Mariana, foi removido daqui, não consta aqui, foi removido. O comparativo, na verdade, Mariana, a senhora está dizendo que, orçamentária, no orçado 2014-2015, há uma diminuição, mas no executado há um acréscimo. De quanto é o acréscimo, Mariana?

O SR. ALEXANDRE PADILHA - É de 6%. Na rubrica de Administração é 6%, agora, no investimento total no Hospital do Servidor Público Municipal tem um aumento de 22%, comparado ao ano passado. Ou seja, gestão também é isso: identificar rubricas em que se pode combater desperdício. O erro seria não ter executado e virado o ano sem remanejar esse recurso.

O SR. MILTON LEITE – Sem usar esse dinheiro, sem usar o recurso.

O SR. ALEXANDRE PADILHA - É, então, e nós conseguimos combater desperdício em contratos de administração. É essa a previsão que afirmou a Superintendente Regina Athie em relação a qual seria impacto do novo Plano de Cargos, Carreira e Salários, e o remanejamento disso que permitiu um aumento de investimento de 22% no Hospital do Servidor Público Municipal.

O SR. MILTON LEITE – Secretário, isso é gestão no total, obviamente, sobrou aqui, remanejou, utilizou. O importante é que utilizou e que o hospital tem demanda.

Vamos prosseguir: na 2171, Regina, há algo chamado Manutenção do Sistema de Informação e Comunicação, isso é Prodam. Por que aumentou 173% aqui?

A SRA. REGINA LUCIA PEDRO ATHIE – Porque é o aumento que se dá por ano, é o solicitado.

O SR. MILTON LEITE – Foi 173%, negociado com a Prodam? Eu não gosto muito da Prodam e quero deixar isso muito claro. Acho que a Prodam gasta mal, é um cabidão de emprego, uma verdadeira vaca profana. Estou vendo 173, a senhora gastou, está pedindo até um valor que, numericamente, não é grande, mas o aumento do orçado em 2015, a senhora tinha 733 em 2015 e está pedindo 2 milhões para 2016. A senhora já gastou tudo, praticamente, até mais em 2015, em outubro.

Queria entender o que está havendo com a Prodam. Não sei se para o sistema 2 milhões é suficiente, ou o contrato com a Prodam que eu acho, particularmente, Secretário, que eles cobram caro, o custo é caro, se comparar os preços da Prodam com o mercado aberto para o mesmo serviço, a senhora vai pagar no mercado a metade. É que lá a senhora paga salários altos, são cargos grandes, é caro, e tem de ser feito lá. Mas se provar para a Secretaria e ao Sr. Prefeito que está gastando errado, dá para diminuir. A Prodam precisamos cortar. Um dos recursos que estamos de olho é a Prodam.

A senhora está gastando 735 e vai gastar 900, quer dizer, está dobrando! O que mudou no hospital, explica para mim.

A SRA. REGINA LUCIA PEDRO ATHIE – Então, todos os sistemas do hospital são administrados – com exceção do sistema do RH -, pela Prodam.

Houve um aumento sim, nós implementamos alguns sistemas, houve um aumento, que ainda é precário no Servidor Público...

P - Mas mais que dobrou?

R – Eu acho que sim. Tivemos alguns investimentos em sistemas interessantes na parte de...

P – Estavam obsoletos a ponto de...

R – Está muito obsoleto ainda. Está muito ainda. Precisamos fazer muito. Temos de melhorar muito ainda.

Temos um sistema, Vereador, que se chama Hospub. O nosso Hospub é muito antigo. Então tivemos de fazer um upgrade, porque se não fizéssemos, pararia tudo. Lá, para V.Exa. ter uma ideia, mais de 60 pessoas entram no sistema e ele pára.

P – Da necessidade, eu entendi. O que estou dizendo é o seguinte, os preços unitários... só vou perguntar, a senhora foi contratar – e vou insistir um pouco nisso – a Prodam, pois bem. Pergunto: a senhora para contratar a Prodam, e até para negociar bem com a Prodam, tenho certeza que a senhora foi no mercado aberto, fez consultas – aquilo que chamamos de formação de preço base -, ligou para umas dez empresas que fornecem o mesmo serviço e disse: “Olha, Prodam, tenho aqui esse preço, qual o de vocês?”. A senhora não foi negociar de mãos vazias. Qual a diferença entre o mercado aberto e a Prodam?

R - Não, a Prodam já administra o sistema do hospital há muitos anos.

P – Eu sei, mas a pergunta não é essa Sra. Regina. A senhora vai discutir o aumento com a Prodam. Daí o que a senhora faz: vai no mercado aberto, conversa com as empresas privadas e pergunta aquilo que se chama informações de preço base: “Quanto custa tal serviço?”. (Pausa)

Quero registrar a presença do nosso Presidente José Police Neto, quem, logo mais,

tão logo eu conclua essa pergunta, essa fase, da Relatoria, ele assume a condução dos trabalhos, já na Presidência.

A senhora, para conversar com a Prodam, precisa chegar para eles já com a informação e dizer: “Olha, o mercado está com esse preço, Prodam, por que vocês estão cobrando mais para o mesmo serviço?”. A senhora fez essa comparação, quando foi negociar com a Prodam, porque, afinal, é público e deveria ser mais barato. E sabemos que a senhora é obrigada a contratá-los por decreto da Prefeitura. Mas, se chegar ao Prefeito e disser: “Está errado lá, é caro”. Sabemos que é caro. A Câmara sabe que é caro. Estou dizendo para a senhora que lá é uma verdadeira vaca profana. E eu não tenho nenhum problema em dizer isso. Lá é caro.

Enfim, a senhora fez essa comparação entre o serviço ofertado pelo mercado aberto, pelo mercado privado e o público, e disse à Prodam: “O mercado privado me cobra isso, quanto vocês vão me cobrar pelo mesmo serviço?”.

O Secretário Padilha falou que é gestão, mas em gestão tem de haver comparativo. É aquela história, o Secretário de Saúde vai comprar um remédio, e fala assim: “Quanto estou pagando, ninguém pode comprar, no mercado aberto, mais barato do que ele próprio está pagando”. Ele tem de pagar menor ou igual. A pergunta que a senhora vai fazer é a mesma que se aplica quando a senhora vai comprar. A Prodam fornece o serviço e eu estou perguntado: a senhora comparou com o mercado privado?

R – Não. Não comparei.

P – Então, não adianta. Vamos prosseguir. Só para instrução. Acho então que fica um lembrete: antes da senhora negociar o aumento, no ano que vem, deve ir ao mercado aberto e perguntar para todas as empresas que têm capacitação para fazer isso. E, depois, manda para o Prefeito: “Sr. Prefeito, está errado isso aqui, não dá para gastar 2 milhões se eu posso gastar 700 no mercado aberto”. Precisa corrigir a Prodam. O erro não é da senhora, é da Prodam, que está cobrando a maior. E dizer também ao Secretário da Saúde: “Está aqui, ó, tá

errado”. É um problema que temos lá.

Vamos em frente. Não há nenhum problema.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Sr. Presidente, estamos aqui prestando nossos esclarecimentos, a Superintendente Regina, nossa chefe de Gabinete Mariana, e o que está sendo colocado é a previsão para o ano que vem e, como tudo que disse a V.Exa., como a mesma previsão que tinha – contrato de administração – para 2015, o que está na previsão do Orçamento nós fazemos, bem como o processo de comparação, o combate a qualquer tipo de desperdício. E, nesse caso também, V.Exa. pode contar comigo e com a Superintende Regina, que nós fazemos essa comparação junto ao mercado e se for encontrado preços mais satisfatórios, que também não inviabilizem a execução do serviço – pois, às vezes, tem isso também -, e devo dizer que estamos há seis ou sete meses tentando comprar computador para estruturar as unidades básicas de saúde, a rede pública municipal.

Aliás, o processo licitatório, muitas vezes, vai e volta, e não conseguimos adquirir. Por isso, às vezes, um hospital vinte e quatro horas depende da área da Saúde e, claro, precisa funcionar, mas, muitas vezes a gestão dos hospitais busca serviços que não interrompam o atendimento. Então, nós faremos essa comparação e se tiver algum mecanismo que possa colocar em risco o atendimento no Hospital Público do Servidor Municipal, poderemos informar, manter essa comissão informada, para que possamos executar, da melhor forma possível, os recursos. Caso, nessa comparação, exista sobra sobra de recursos, vamos fazer como foi feito na administração que é remanejá-los para continuar investindo no Hospital do Servidor Público Municipal.

Quero agradecer a palavra de V.Exa., pois seu pronunciamento nos dá mais força para negociar com a Prodam em relação a esses recursos.

O SR. MILTON LEITE – Na verdade, Secretário, sabe, na administração pública, há um decreto de que se tem de contratar a Prodam. Não. E podem dizer: “Sr. Prefeito, V.Exa. tem de rever o decreto, pois estou gastando mal lá”. Não tem nenhum problema, Secretário,

veja, eu consigo fazer, a senhora mesmo acabou de criticar, Sra. Regina, dizendo que está faltando, ainda tem problemas e que tem precariedade. Então, é precário o serviço e ainda pago caro? Então, vamos superar isso aí, não adianta ficar malhando.

A SRA. REGINA LUCIA PEDRO ATHIE – Vereador, só queria corrigir, o serviço é precário porque o sistema que temos, que é o sistema hospitalar é muito antigo. Precisamos renovar, mas isso não é a Prodam a responsável por isso. Nós vamos ter de renovar, demos prioridade para outros serviços.

O SR. MILTON LEITE – Não quero caçar bruxas, quero melhorar o gasto público só, portanto, daqui para a frente. Não estou perguntando quem fez, isso não é CPI, estamos discutindo o Orçamento e tentando dizer o seguinte: “Olha, vamos gastar melhor esse dinheiro”. Essa é uma rubrica que nos chama a atenção.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Quero agradecer essa fala do senhor, pois vamos usá-la. Vamos dizer à Prodam: “Prodam, o Presidente da Comissão está de olho”. Estou brincando, Vereador.

O SR. MILTON LEITE – Mas, estou de olho mesmo. E foi objeto de destaque no Orçamento de 2015 já, com retiradas do Orçamento de valores significativos. Não sei se V.Exa. se recorda, mas o Vereador Ricardo Nunes pegou pesado com eles e eles custam caro mesmo, de fato.

E a 3101, a senhora está pedindo 2 milhões. O que a senhora vai fazer aqui, que é construção e ampliação e reforma. Podemos superar isso. Vamos em frente.

A Rubrica 02, na 4103, a senhora tem a Fonte 02, está menos 11%, está garantindo que o Governo Federal vai passar R\$ 5 milhões. No Orçamento de 2015, a senhora tinha cinco e seiscentos. Teremos novos 5 milhões, em Operação e Manutenção das Unidades de Pronto Socorro. Por que menos 11%, que refere-se a Pronto Socorro, na 4103? É recurso do Governo Federal. A senhora colocou 5 milhões redondinho, aqui, o que é, um convênio?

A SRA. REGINA LUCIA PEDRO ATHIÉ – É um convênio. O Hospital Municipal do

Servidor Público tem um convênio, no setor de emergência, com o SUS.

P – Eu sei, mas abaixou agora? Diminui o serviço. A senhora tinha cinco e seiscentos, abaixou para cinco, menos 11%, o que houve aqui?

R – Eu acho que é uma adequação do serviço prestado com o que se adequou. Não houve uma redução.

P – Não há risco para o serviço?

R – Não se fatura tudo isso. Isso tenho de comprovar o faturamento, Vereador. Então se adequou ao faturamento que está sendo feito. Então é uma previsão.

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA – Posso? De novo, na verdade, o valor aumenta em relação ao que deve ser executado esse ano. Esses que são os convênios com o SUS – das prestadoras – nós dependemos do faturamento, como a Regina está falando. Esses cinco milhões foram uma estimativa, aproximada um pouquinho maior do que a desse ano. É a típica rubrica que havendo necessidade, está lá.

Tivemos uma preocupação grande, esse ano, em não superestimar os recursos da fonte federal, para poder ter um orçamento adequado, mais próximo da execução. Então se, eventualmente, aumentar o faturamento, isso entra.

O SR. MILTON LEITE – Eu sei. A pergunta é, e só para clarear Sr. Secretário, em 2015, a senhora liquidou? Quanto a senhora vai gastar, até o final de 2015? A senhora está gastando, até outubro, quatro e trezentos, quando o orçado era cinco e seiscentos.

A SRA. REGINA LUCIA PEDRO ATHIE – Não vai chegar a quatro e trezentos.

P – Não vai chegar?

R – Não. No faturamento não.

P – Vai sobrar dinheiro?

R – Vai voltar. Não é que vai sobrar dinheiro, ele não vem.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Deixe eu esclarecer. Essa é uma rubrica que é de repasse do Ministério da Saúde para o serviço de urgência e emergência do Servidor Público

Municipal, que é repassado de acordo com o que é feito de atendimento lá.

Então não é redução ou aumento de dinheiro. Vem, repassa menos dinheiro se tiver menos atendimento que custe mais caro. Então esse é um repasse automático. Isso não é um convênio de construção, nem...

O SR. MILTON LEITE – Isso é só previsão?

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Não, não é previsão. Havia uma previsão inicial, certamente baseada numa expectativa de aumento de atendimento da urgência e emergência do Servidor Público Municipal. Isso é algo importante, quero agradecer muito não só a direção do hospital, mas o conselho do hospital, que é formado, principalmente, por servidores. O Hospital do Servidor Público Municipal foi construído para atender só servidores, tanto é que ele não faz parte do Fundo Municipal de Saúde. Mas o conselho compreendeu que não deveria ter aquele hospital de portas fechadas para urgência e emergência à população do centro da Cidade, sobretudo.

Portanto, o hospital recebe várias pessoas, hoje, no pronto socorro, na urgência e emergência, aberto para o Sistema Único de Saúde. Foi uma decisão do conselho do conjunto do hospital.

Então deve ter existido uma previsão do que ia ser de atendimento, em 2015, assim, foi feita uma previsão maior e a execução do atendimento, na verdade, quem chegou para ser atendido foi um volume menor. Às vezes, não um número de pessoas, às vezes, o procedimento é um procedimento menor, que custe menos e, por isso, que pode ter, não uma redução da previsão, mas só um repasse daquilo que é do Ministério.

Se, nos últimos dois meses, vamos supor, aumentar fortemente o atendimento lá, com perfis de atendimento que custem mais caro, vai, automaticamente, ampliar esse repasse. É um fluxo de caixa, não repasse.

O SR. MILTON LEITE – Quero complementar, Sr. Secretário. Na mesma rubrica, na 4103, o senhor tem um inverso. O senhor tem aumento da Fonte 06. A Fonte 06 são

recursos próprios que a senhora tem, é isso?

A SRA. REGINA LUCIA PEDRO ATHIE – Isso.

O SR. MILTON LEITE – Então, mas a senhora, no atendimento, na operação do pronto socorro, a senhora tem lá, se gastou do recurso, teve um aumento. Aí pleiteia o aumento. Eu queria entender a lógica: corto do federal e aumento do recurso próprio. Quando é recurso próprio eu posso utilizar, se está sobrando do outro lado. Queria entender a lógica dos dois. Entendi a explicação do primeiro, porém, no outro, a senhora está pedido o inverso. Entendeu Secretário?

O SR. ALEXANDRE PADILHA – É que a rubrica envolve atendimento, operação e manutenção. Certamente, deve ter havido mais investimentos em manutenção e operação nesse período que significou um desembolso maior de recursos diretos do Tesouro Municipal, da receita municipal, e redução de atendimento, que é o repassado pelo Governo Federal que tem a ver com os atendimentos realizados.

O SR. MILTON LEITE – Mas não é 00, Secretário. Essa aqui é 06, é fonte do próprio hospital. A pergunta é por que estou devolvendo no 00. Do Governo Federal faltando, eu aumentei 10%. Em 2015, são sete e trezentos, é a mesma rubrica, na 4103.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – É que são coisas diferentes.

- Manifestações concomitantes ao microfone.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – O recurso do Governo Federal vem por um credenciamento ao SUS. Ele vem de acordo, nesse caso, com o atendimento que é feito.

O recurso municipal, pode ser colocado para complementar atendimento e outras ações, tais como operação, manutenção. Esse recurso federal...

O SR. MILTON LEITE – Na 4103 é operação e manutenção da unidade hospital, pronto socorro e pronto atendimento, ou seja, no pronto atendimento.

R – Eu sei.

P – No pronto atendimento.

R – Vou citar um exemplo muito concreto: esse recurso federal vem de acordo com o atendimento. Então a pessoa veio e fez a cirurgia, faz o atendimento; veio e fez o atendimento clínico – cuidou da pneumonia; isso é registrado e repassado no recurso federal, está certo? Sempre de acordo com o volume de atendimento e o perfil de atendimento.

Esse recurso do Governo Federal, por exemplo, não pode comprar um equipamento, não pode fazer uma ação de manutenção, não pode fazer uma reforma.

P – Só pode fazer atendimento?

R – Essa parte de manutenção e de reforma tem de ser feita com recurso do Hospital do Servidor Público Municipal. Por que? Porque não é um hospital cem por cento aberto para o Sistema Único de Saúde.

A SRA. REGINA LUCIA PEDRO ATHIE – No ano de 2015, tivemos um acréscimo do atendimento – principalmente na questão de trauma -, houve fechamento de vários serviços de ortopedia, e esses casos foram direcionados para o HSPM. Então houve gastos muito grandes com órteses e próteses no HSPM.

Tivemos, agora, esse ano, em 2015, tivemos um gerenciamento junto com o SAMU e o serviço de urgência e emergência do hospital, onde conseguimos transferir uma grande parte desses pacientes. Então eles entram pelo Servidor, na necessidade – nem todos -, mas para um número muito grande conseguimos fazer esse gerenciamento. Eles entraram por lá, mas o custo desse tratamento, acabou saindo menor para o servidor. Estamos conseguindo com mais facilidade, esse ano, esse gerenciamento.

Isso, Vereador, é que nós recebemos aquilo que gastamos. Então prestamos o serviço ao Governo Federal – é um convênio – e temos de comprovar esse serviço, ele tem de aceitar que esse serviço é um serviço que deva ser pago, e ele nos reembolsa. Inclusive, nós recebemos depois. Além disso, ele não pode ser utilizado para manutenção, compra de equipamento, coisas que, inclusive, foram feitas.

O SR. MILTON LEITE – É per capita. A senhora atendeu, recebeu.

A SRA. REGINA LUCIA PEDRO ATHIÉ - Recebi, se o Governo Federal achar que sim, concordar com o procedimento, é algo mesmo de prestação de serviço.

O SR. MILTON LEITE – Da unidade hospitalar do servidor público, até superando as etapas, vou pedir, Sr. Presidente José Policeto Neto, para fazer a abertura das inscrições, para aqueles que desejam fazer perguntas do HSPM, para superarmos e até liberarmos essa Pasta para entrarmos, depois, no Fundo que aí, sim, será demorado, pois é uma autarquia hospitalar e será demorado mesmo.

Nesse momento, então, pergunto se há inscrições para perguntas a serem formuladas quanto ao Hospital do Servidor Público Municipal, pois daí até podemos liberar o senhor, concorda Secretário?

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Sem dúvida nenhuma.

O SR. MILTON LEITE – Indago, então, se há inscrições pertinentes pura e simplesmente ao Hospital do Servidor Público Municipal. Se há, vamos às inscrições, por favor, levantem as mãos. (Pausa) Seis ao todo. Por favor, por ordem. (Pausa)

Só peço aos Srs. Laerte, Fábio e Sérgio para fazerem rapidamente suas perguntas para tentar liberar a Pasta, se não fica até cumulativo.

Fábio Siqueira, primeiro, por três minutos. Em seguida, o Sr. Laerte Brasil e, depois, o Sr. Sérgio Ricardo. Após temos as Sras e os Srs.: Flávia, do HSPM, Walney Araújo, Erika Sato, João Antonio, Luiza e o Carlos Henrique. São os que se inscreveram.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Obrigado, Vereador Milton Leite, Vereador José Police Neto, demais Vereadores presentes. Bom dia ao Sr. Secretário Alexandre Padilha. Bom dia à senhora representante do Servidor Público, senhora representante da autarquia hospitalar, senhor chefe de gabinete, bom dia à população e aos conselheiros presentes.

Meu nome é Fábio Siqueira, sou munícipe da região da Saúde e vamos às perguntas no que tange à autarquia municipal.

No ano passado, forai apresentada, nesse mesmo ciclo de audiência, uma lista de

reformas para os hospitais públicos dessa cidade. De acordo com os dados orçamentários, aí só e apenas na dotação referente à autarquia hospitalar municipal, pudemos observar que, ao que parece, nada foi executado nesses onze meses de 2015. E, inclusive, porque a verba federal, também comprometida, igualmente ao que parece, nada foi executado.

Temos aqui a Dotação Reforma, Recuperação e Adequação de Hospitais, Fonte 02, em 2014, prometidos 105 milhões, atualizados.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Fábio, talvez o nosso Relator, no encaminhamento para mim, foi preciso ao tentar esgotar o Hospital do Servidor.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Ah, só o Servidor.

O SR. MILTON LEITE – Por isso eu indaguei se havia perguntas só sobre o Servidor.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Por isso ele perguntou se todos que estavam inscritos estavam inscritos para perguntas sobre o Hospital do Servidor, assim, concluímos a questão do Hospital do Servidor e, com isso, liberar os profissionais que estão aqui, para, depois, continuarmos com o Fundo e com as autarquias.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Desculpe, então vou refazer a pergunta.

O SR. MILTON LEITE – Fábio, desculpe, só mais um esclarecimento: os profissionais da Saúde são importantes em seus postos, por isso que desejamos liberá-los. Eles estão só aguardando essas questões para respondê-las e, daí o motivo para liberar o pessoal do Hospital do Servidor. Eles respondem, são liberados, é por conta disso.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Uma sábia decisão. Então a pergunta que é semelhante na questão do HSPM é a seguinte: na Fonte 4103, da verba federal, nós observamos que, em 2014, essa verba não foi executada na sua plenitude. Foi atualizado 3 milhões, foi executado 2.7 milhões.

E também no sentido da reforma, aquele processo de reforma do Hospital do Servidor Público da rua Vergueiro, gostaria de saber há quantas anda, pois a dotação está

simbólica. Está prevista alguma reforma para o final deste ano e para o início e o exercício de 2016, especificamente da questão do HSPM? São essas as perguntas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Sr. Laerte Brasil, por favor. Depois, o Sr. Sérgio Ricardo.

O SR. LAERTE BRASIL – Sou Presidente Mundial da União Global Seguro dos Trabalhadores e das Trabalhadoras da Cidade, que é a Uniglobal Trabalho Cidade.

Sobre o hospital dos servidores é um hospital que realmente foi construído pelos trabalhadores da Saúde. Desde a inauguração desse hospital, a gestão e os recursos são de custeio do Sistema Único de Saúde. E custeio também da Secretaria Municipal de Saúde.

Em várias audiências públicas, apresentamos a tese de naquele hospital serem atendidos não só os servidores, mas todos os munícipes de São Paulo. Já que ele é custeado pelo Sistema Único de Saúde e por verbas da Secretaria Municipal de Saúde, ele tem que prover atendimento médico aos munícipes.

Também a previdência da cidade de São Paulo consome quase 4 bilhões de reais. O País tem um sistema de privilégios a algumas categorias. Os servidores públicos são uma categoria que presta relevantes serviços à sociedade paulistana, mas são iguais os demais trabalhadores. Não deveria haver esse privilégio. Nossa tese é acabar com a previdência da cidade. Debati em outra audiência pública um trenzinho da alegria que tramita na Câmara Municipal, que privilegia os servidores do Tribunal de Contas, dando-lhes também a quantidade mínima de 4 mil reais para cada um. A mínima! Isso é um verdadeiro trenzinho da alegria com as categorias do Tribunal de Contas, que já ganham salários altos. Enquanto isso, os munícipes estão à mercê da saúde pública na cidade de São Paulo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço ao Sr. Laerte. Tem a palavra o Sr. Sérgio Ricardo.

O SR. SÉRGIO RICARDO ANTIQUEIRA – Bom dia a todos e a todas. Bom dia,

Vereador Milton Leite, Vereador José Police Neto, Vereador Jair Tatto, Secretário Padilha, Superintendente Regina e demais autoridades da Mesa.

Primeiramente, aproveito a intervenção do Vereador Milton Leite sobre o orçamento do HSPM para dizer que vamos oficializar, até pela seção do Dieese que temos no Sindsep, os dados sobre o que deixou de ser gasto, sobre a quantia que deixou de ser gasta, especialmente ao orçamento referente aos servidores municipais que a partir do plano de carreira passaram a ser estatutários. Ou seja, quanto se deixou de gastar. A própria Regina reconheceu que houve realmente uma redução do que se previa.

Sentimos muita dificuldade para discutir alguns pontos que envolviam o orçamento lá dentro porque se dizia que estava no limite da negociação. Então, a gente gostaria de ter esses dados expressos. A partir do momento em que há essa colocação aqui, gostaríamos que os dados fossem tornados públicos e também os motivos que levaram a essa redução do previsto.

Também queremos pontuar que, em relação ao orçado 2015-2016, transformado em gastos reais, na verdade há uma redução, porque a gente tem que considerar o IPCA de 9,97% em 2015. Aí, ao invés de ser mais 3,93% sobre o orçado, é menos 5,49% do orçado em termos reais. Isso é uma análise que o próprio Dieese fez para nós.

Também é importante dizer aqui que no ano passado entendemos que houve um investimento muito grande mesmo. O fato de ter sido aprovado o plano de carreira aqui, foi com muito suor que a gente conseguiu aprovar esse plano, com muita luta. Tivemos que dormir na porta da Câmara Municipal para que ele fosse aprovado. Esse foi um ganho muito importante, mas a gente tem alguns pontos a discutir, que depois falaremos.

Quero também passar ao Padilha que a gente um debate grande na Prefeitura sobre a lei salarial. Ela envolve diretamente o que se deixa de gastar com serviço público direto, com a Administração Direta. É exatamente aquilo que você não consegue enxergar e que é gasto com OSs e terceirizações. O Dieese, no trabalho que vem fazendo dentro do

sindicato, tem sentido uma dificuldade muito grande de entender quais são os gastos com os contratos feitos nas terceirizações. Já fizemos um pedido à Mesa central e gostaríamos de ter esses dados.

Por fim, com relação ao HSPM, somos grandes defensores do Sistema Único de Saúde, mas o Hospital do Servidor Público Municipal é patrimônio dos servidores municipais, mantido com dinheiro e contribuições dos servidores ao longo de décadas. Se estamos falando em passar o HSPM para o SUS, então por que não entrarmos em um debate maior? Vamos falar de estatizar o serviço privado? Para mim, é o mesmo ponto, no qual ninguém quer tocar. Se a gente tem coragem de pegar o patrimônio dos servidores públicos, por que não vamos fazer o enfrentamento com os planos de saúde, com os hospitais particulares? No caso dos servidores públicos, a pergunta que fica é a seguinte; há uma tentativa, o tempo todo, de entregar o Hospital do Servidor Público Municipal totalmente para o SUS quando ele já foi patrimônio nosso, totalmente dos servidores públicos municipais. Deixo a seguinte pergunta: a gente vê que há um investimento grande entre as duas obras orçadas, obras e instalações, com aumento de praticamente 2 milhões de reais. A gente gostaria de saber se isso vai ser revertido para o atendimento do servidor público ou é simplesmente mais uma tentativa de entregar o HSPM totalmente para o SUS e acabar com o patrimônio que foi construído com o dinheiro dos trabalhadores, que a gente quer resgatar e lançar aqui neste momento uma campanha para tomar a parte final de 2015 e o total de 2016. O HSPM é nosso; ele é dos servidores públicos municipais, e a gente não abre mão disso. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Sra. Flávia Anunciação.

A SRA. FLÁVIA ANUNCIÇÃO NASCIMENTO – Bom dia a todos e a todas. Sou a Flávia, servidora do HSPM há 20 anos. Há 20 anos, milito dentro do Hospital do Servidor Público Municipal. Tudo o que vimos aqui – e vou me dirigir especificamente ao senhor, Secretário -, tudo o que foi dito aqui, tudo o que o senhor mostrou depende do esforço daqueles que, na prática, são o fundamento para que toda essa estrutura funcione; ou seja, o

funcionalismo. Então, a primeira coisa que eu queria ver dentro do orçamento do HSPM é a separação do que foi gasto do que foi efetivamente investido com funcionalismo e do que foi gasto com o SUS. Essa é a primeira coisa que a gente precisa fazer: separar isso dentro do orçamento do HSPM. Porque, quando a gente fizer isso, vamos ver que o que foi gasto na saúde do trabalhador é muito pouco, é muito pouco. Isso a gente vê todos os dias lá dentro. Então, a primeira coisa, Srs. Vereadores, é separar no orçamento o que foi gasto com o SUS: o que é o orçamento SUS dentro do HSPM e o que é orçamento funcionalismo lá dentro.

Toda reestruturação e melhoria na saúde passa por uma política de profundo comprometimento com seu RH, porque é ele que constrói efetivamente a saúde do munícipe, e a gente não vê isso lá dentro. A luta para preservar a saúde e o bom atendimento do funcionalismo no HSPM é, antes de tudo, uma luta para fortalecer o SUS. O servidor não tem percebido uma melhora no atendimento prestado pelo HSPM; muito pelo contrário: o servidor passa 3 dias internado em uma cadeira sem ter atendimento.

Outra coisa é a reestruturação, é esse plano de cargos e salários. A gente está criando dentro do HSPM uma categoria que vai entrar para esse regime pela porta dos fundos, que é pessoal do nível médio e o nível técnico, que não tiveram reestruturação, mas uma manutenção do congelamento e estão arrastando isso para o Regime Jurídico Único. Ou seja, vão entrar pela porta dos fundos, e a gente não consegue abrir negociação com SMS. Está muito difícil a vida do funcionalismo. O que a gente vê lá dentro é o avanço das terceirizações, a prática assistencial diminuindo cada vez mais, enfermarias fechadas. No entanto, temos lá as terceirizações andando. Há sistema de câmeras de última geração e, em contrapartida, há andares inteiros fechados sem poder, principalmente, prestar atendimento ao servidor. Hoje você tem no HSPM uma política muito ruim de assistência para o funcionalismo, que é quem toca a saúde dos munícipes da cidade de São Paulo.

Quero entregar a vocês um documento do pessoal do nível médio e técnico.
(Pausa) Nossa luta é o resgate do HSPM para o funcionalismo. Essa é a vocação do HSPM.

Outra coisa: o Sr. Secretário disse que o Conselho abriu para o SUS, ou que a gente permitiu. Não foi isso. (Manifestação longe do microfone) Quando o Conselho fez isso foi no sentido de que não se pode negar atendimento para aquela população do Centro. Porém, hoje a luta do servidor é que a Prefeitura Municipal de São Paulo cumpra aquilo que foi acordado, que era a construção de uma UPA na região do Centro para absorver essa população que precisa de atendimento lá e a gente ter de volta o nosso hospital para o funcionalismo. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Obrigado, Flávia. Tem a palavra o Sr. Walney Araújo.

O SR. WALNEY ARAÚJO – Bom dia a todos e a todas. Cumprimento os Vereadores, na figura do Presidente Vereador José Police Neto; o Secretário; e a Dra. Regina, Superintendente do HSPM.

Estou dirigente do Sindsep e estou Conselheiro Municipal de Saúde. Já me vi contemplado pelas palavras do nosso Presidente Sérgio Antiqueira, mas quero dialogar com o Secretário Padilha.

Secretário, ontem eu estava varrendo a calçada da porta da minha casa e passou a Dona Flor, uma senhora de mais ou menos 75 anos, interiorana, pessoa humilde, cabisbaixa. Eu perguntei a ela o que houve e ela me disse o seguinte: “Olha, meu filho, eu trabalhei 2/3 da minha vida, comprei uma casinha na cidade de Descalvado, próxima a Porto Ferreira, e acabei emprestando a uma família de amigos. Passado algum tempo, esse pessoal entrou com ‘usucampeão’”. Eu lhe perguntei se ela havia procurado a justiça, se havia se socorrido com algum advogado, e ela me disse: “Eu andei conversando com um. Não sei, eu tenho orado bastante”. Eu disse: “Então, a senhora ore, porque às vezes não é nem caso somente da justiça, dos homens principalmente, mas a justiça divina nunca falha”.

A gente está hoje aqui para uma audiência pública para tratar de previsão orçamentária, que nada mais é do que uma peça orçamentária que estima o que se pode

gastar. Agora, a forma como se gastará esse dinheiro, o nobre Vereador Milton Leite já nos deu as lições de como fazer. Então, não vamos discutir de novo.

Temos que reescrever a história falando dela. O Hospital do Servidor Público Municipal, Padilha, foi concebido para tratar da saúde do servidor público. Foi com recursos deles. Assim como a Dona Flor, que hoje tem 75 anos, muitos trabalhadores nem mais estão vivos, nem podem mais estar aqui para fazer a defesa daquela instituição. Refiro-me a esses que contribuíram durante toda sua vida para que essa obra pudesse ter sido erguida.

O que queremos não é ser contrários ao SUS. Pelo contrário: nós, o Sindsep e outras entidades sindicais e movimentos sociais de saúde, levantamos a bandeira do SUS. Aliás, muitos dos presentes estarão na 15ª Conferência Nacional de Saúde. Realizaremos um ato que antecederá a 15ª Conferência em defesa do Sistema Único de Saúde.

O que não pode é o Poder Público se eximir da sua responsabilidade originária, que é construir um equipamento de pronto-atendimento na região do Centro e devolver o Hospital do Servidor Público para o servidor público.

Não vamos dizer que a incompetência é do Governo Fernando Haddad porque não é. Isso vem de outrora, de épocas remotas, mas cabe a este Governo e a esta Casa Legislativa reconstruir e reescrever esta história.

Vocês têm a oportunidade, Srs. Vereadores, Secretário Padilha e o Prefeito Fernando Haddad de devolver o Hospital do Servidor Público ao servidor público e construir o equipamento para tratar da saúde local. É isso o que esperamos de vocês.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Érica Sato. (Pausa) João Antonio Ferreira, assessor da Vereadora Juliana Cardoso.

O SR. JOÃO ANTONIO FERREIRA – Bom dia a todos. A minha questão é para alertar. O Hospital do Servidor Público Municipal tem mais de 50 anos e está tendo um processo de desgaste do tempo e do volume de atendimento que faz, além do funcionalismo

ter aumentado muito nesse período, hoje, ele ocupa um papel na emergência do Centro da Cidade.

Com a crise da Santa Casa, ele hoje está muito sobrecarregado e toda essa discussão que os colegas que me antecederam colocaram. O que me chocou é que o orçamento não foi generoso com o investimento e reforma do Hospital e propõe dois milhões, o que é uma quantia totalmente insuficiente para o hospital se revitalizar e fazer frente às necessidades que a Cidade hoje põe. Então, só queria alertar a Comissão de Finanças e Orçamento da possibilidade de rever esses valores porque, de fato, o orçamento foi pouco generoso nessa dotação, o que impede que os gestores consigam dar uma resposta mais a contento.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço o João Antonio e chamo a Sra. Luzia Delmacho.

A SRA. LUZIA DELMACHO – Bom dia a todos. Quando cheguei aqui e ouvi o diálogo, pensei que estava em outro mundo dentro do hospital porque, na realidade, não é o que acontece lá. Se está sobrando dinheiro, por que tem andar fechado? Por que tem leito fechado com a carência de leitos que tem na cidade de São Paulo? Por que falta todo o tipo de material? A manutenção está precária. As pessoas falam em números e eu falo na prática, do que vemos no dia a dia. É isso o que conta.

Temos o pessoal da enfermagem aqui e eles estão abismados porque não tem maca, não tem cadeira de rodas. Para procurar uma cadeira de roda é uma briga. Há uma sala que está há um ano em reforma para instalar um aparelho que foi comprado há dois anos e não terminam porque dizem que não tem dinheiro. Então, estou falando na prática, é isso o que eu entendo, são as nossas necessidades do dia a dia.

A nutrição daquele hospital, o SND, está cheio de inseto, de barata, é carrinho de comida que dá choque em funcionário. O funcionário pega no carrinho e fica grudado. Isso já faz tempo.

Gente, estamos falando da realidade, da precariedade do hospital. O RX, a seção de imagem foi terceirizada, disseram, para agilizar os exames. O que aconteceu? Os RXs estão saindo em papel preto e branco e todos os médicos estão reclamando, caiu a qualidade, os exames de ressonância e de complexidade estão indo todos para o SUS. Funcionário tem de ir a fila do SUS para fazer exames. É isso o que está acontecendo no HSPM.

Papel aceita tudo e a realidade é outra. Funcionário fica, como disse a Flávia, três dias na cadeira tomando soro. Quando vai ao TID, o TID fala para ir ao Hospital do Servidor porque lá é o seu hospital, mas quando ele chega, não tem hospital. Mais de 50% dos leitos estão ocupados pelo SUS.

Estamos cansados de pedir, de falar e denunciar o caos que está ali e ninguém ouve. Aquilo está acabando. Os médicos e funcionários falam nos corredores que o hospital não aguenta mais dois anos do jeito que está. Tem funcionário da manutenção que falou que tem de trocar as lâmpadas para por nos banheiros e vem falar que está sobrando dinheiro. Eu queria que todos os servidores do hospital estivessem aqui para ouvir, mas vou pedir em público, para diretoria do sindicato que está aqui, fazer um boletim para falar que está sobrando dinheiro no hospital para ver a reação dos funcionários.

Eu sou conselheira gestora do hospital e, na última reunião que houve, não aprovamos abrir o hospital para acabar com a fila do SUS no Centro porque ele não tem estrutura para isso. Não tem funcionário para atender essa necessidade. Não adianta levar três ou sete SAMUs na porta e jogar o paciente no chão, como está acontecendo. Estou falando de coisa prática, não estou falando em números. Eu estou falando dos coitados que ficam três ou quatro dias sentados nas cadeiras. Falta medicamento, falta tudo e quando a gente fala no conselho que está faltando, falam na nossa cara que é mentira.

Manda a auditoria lá para ver o que tem, o que está faltando, o que está acontecendo e para onde está indo o dinheiro. Devolvendo dinheiro e o paciente morrendo por falta das coisas lá dentro para um atendimento decente. Estou falando porque vivo a prática e

não o papel e o que está escrito. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito obrigado, Luzia.

Carlos Henrique de Aquino, Associação Arte e Artesão. (Pausa) Roberto, Sindsep.

O SR. ROBERTO – Bom dia a todos.

Vocês que estão nesta mesa, fiquem meio dia no hospital. Dra. Regina, vão falar que sou pelego, mas ninguém consegue tirar água de pedra. Vocês viram o chororó ai. Vão lá um de vocês e fiquem no hospital porque qualquer coisa que acontece nesta Cidade, para onde é encaminhado? Para o HSPM. Vem gente de Itanhaém, de Santa Isabel, todo o lugar. Tem uma fila de ambulância trazendo paciente. Além de atender toda a Cidade, ainda tem de atender o interior de São Paulo.

Dra. Regina, se eu estiver faltando com a verdade, a senhora está ai para dizer. Vem de Itanhaém ou não vem? Jundiaí? Eu estou na porta levando informação para os trabalhadores e vejo as ambulâncias chegando. Não vou fazer a triagem para saber se é servidor ou não. Então, além de atender a Cidade toda, ainda atende o interior e a verba é uma só, pequenininha.

Padilha, abre o cofre. Estamos aguardando. A população não quer saber, quer atendimento. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Quero agradecer ao Roberto e passar a palavra ao Sr. Secretário e para a Sra. Presidente Dirigente do Hospital do Servidor Público Municipal, Dra. Regina.

A SRA. REGINA LUCIA PEDRO ATHIE – Acho que foram poucas perguntas. O pessoal está afirmando coisas.

Mas o que eu gostaria de dizer é o seguinte: o hospital está aberto para o atendimento de urgência para o SUS há muitos anos. Faz parte da lei do hospital.

Então, para se parar de atender ao SUS na emergência, tem que ser mudada essa lei, é a primeira coisa.

Hoje, o hospital tem o atendimento da urgência e emergência de 50% para o SUS, sim. O restante dos leitos do hospital não é ocupado 50% pelo SUS de maneira nenhuma.

Quanto à auditoria, viu, Luzia, ela vai sempre lá. Não está faltando remédios no hospital.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. REGINA LUCIA PEDRO ATHIE – Não, para isso tem a auditoria, e não vou bater boca com a senhora.

Agora, quando nos falta algum insumo, é por dificuldade de compra: algum pregão que resultou deserto e que tem que ser refeito, mas o hospital não está desabastecido. Desde que estou lá, não está desabastecido.

A abertura para o SUS decorre disso mesmo: da lei. Se um dia, fecharmos para o SUS, será porque mudaram essa lei. Por enquanto é lei.

E o hospital, realmente, é dos que atende alta complexidade. Ele tem neurocirurgia, ortopedia, trauma. Nós renovamos, totalmente, a equipe de neurocirurgia, que estava defasada. Nós compramos todos os equipamentos para que as neurocirurgias fossem realizadas. Então, o hospital é bem equipado mesmo.

Chega ambulância de Itanhaém? Chega mesmo, mas é servidor.

E quanto à obra, de onde será instalado o angiógrafo, não parou por falta de dinheiro. Ela teve que ser licitada, foi para uma ata, quem refaz essa ata é Seurb, é quem faz essa obra. Então, não houve isso. O dinheiro daquela obra está reservado, empenhado. Não tem falta de dinheiro para isso.

E, se está sendo devolvido o dinheiro, como foi mostrado aqui na parte da dotação da folha de pagamento, tenho que esclarecer que este não pode ser usado para outra coisa.

O SR. MILTON LEITE – Desculpe-me, pode ser remanejado, sim.

A SRA. REGINA LUCIA PEDRO ATHIE – Sim, mas existe um orçamento que está sendo seguido.

O SR. MILTON LEITE – Não, desculpe-me. Pode ser remanejado, sim.

A SRA. REGINA LUCIA PEDRO ATHIE – Agora, tem que se aprofundar essa discussão com relação ao servidor, ver se é só do servidor. Isso tem que ser discutido.

Existe um grande projeto no Município para a realização das cirurgias eletivas. Foi colocado para votação no Conselho Gestor, ela foi recusada. Nós estamos acatando.

A terceirização da imagem não foi feita nesta gestão. Ela já existia e é mentira que ela foi piorada. Antigamente, para se fazer um exame, uma tomografia, nós tínhamos que tirar o paciente da UTI e levá-lo para fora. Hoje, é feito dentro do hospital. Nunca teve ressonância. Nem tem o número de exames suficientes para se manter. Seria um desperdício ter um equipamento de ressonância dentro desse hospital. Então, nunca foi proposta ter um equipamento de ressonância. A ressonância do servidor público sempre foi realizada pelo SUS, porque é um aparelho de alto custo. Para se ter um aparelho desse porte dentro do hospital, precisaria ter uma demanda que comporte isso, a não ser que se faça ressonância para o SUS dentro do hospital. Então, nós optamos por não fazer isso para não abrir as portas para o SUS.

Portanto, não foi feita nenhuma terceirização além das que já existiam dentro do hospital.

É óbvio, se quiserem fazer uma enquete, se houve uma piora no serviço de imagem dentro do hospital, com os médicos é tranquilo fazer. Eu sou médica, e isso é tranquilo de se fazer com todo mundo. Só o diagnóstico de doenças de mama que estamos conseguindo fazer agora e que nós fazíamos antes. Então, não houve nenhuma mudança.

Agora, essa discussão tem que ser aprofundada.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra o Sr. Secretário.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Muito obrigado, Presidente.

Eu queria fazer três comentários porque acho que foram palavras fortes, certamente, de quem sente no dia a dia o atendimento no Hospital do Servidor Público Municipal, mas eu queria abrir nesta Câmara Municipal de São Paulo, a Casa do Povo, e

deixar muito claro que, se tiver que escolher entre construir um hospital em Parelheiros, na Brasilândia, ampliar hospitais na periferia da zona Leste e 20 fazer UPAs atendendo 24 horas na cidade de São Paulo e 30 hospitais Hora Certa para atender os 12 milhões de cidadãos paulistanos, nós vamos optar por isso.

Eu reconheço as dificuldades e que não é um atendimento 100% perfeito no Hospital do Servidor Público Municipal, mas eu não acredito que os servidores públicos municipais de São Paulo, que são pagos pelo cidadão paulistano, não vão enxergar, olhar, os milhões de paulistanos que, sequer, têm um hospital, um leito, uma urgência e emergência da qual reclamar.

Se os servidores públicos municipais querem mudar a lei do Hospital do Servidor Público Municipal, que venham debater nesta Câmara Municipal a mudança dessa lei, venham discutir com a população da cidade de São Paulo, de que o Hospital do Servidor Público Municipal não pode servir em nada para o SUS. Venham debater aqui.

E, quando vierem debater, lembrem-se que do auxiliar de enfermagem ao médico mais especializado que trabalha no Hospital do Servidor Público Municipal só é auxiliar de enfermagem, só é médico, porque existe uma coisa chamada SUS neste país.

O neurocirurgião mais especializado do Hospital do Servidor Público Municipal só faz cirurgia porque um dia treinou num paciente do SUS, porque não há nenhuma Escola de Medicina, neste país, que não use o SUS como prática.

O auxiliar de enfermagem mais antigo do Hospital do Servidor Público Municipal só é auxiliar de enfermagem porque existe o SUS, porque foi lá que ele treinou e praticou.

O Hospital do Servidor Público Municipal só mantém um conjunto de especialistas mais qualificados porque existe uma coisa chamada residência médica, bancada, não exclusivamente, pelo Hospital do Servidor Público Municipal, mas pelo conjunto dos recursos do Sistema Único de Saúde.

Então, eu fico chocado e não acredito – quero repetir: acho que as palavras fortes

surgem num sentimento de quem quer melhorar, cada vez mais, o atendimento da saúde – que os servidores estão de olhos fechados diante dos 12 milhões de paulistanos.

Essa a primeira coisa.

A segunda, ninguém disse aqui: se tiver um Boletim do Sindicato, no sentido de que se falou nesta Comissão que sobra dinheiro do Hospital do Servidor Público Municipal, eu vou dizer que o Boletim está mentindo.

Peguem as Notas Taquigráficas aqui. Nem o Vereador Milton Leite nem eu nem a Dra. Regina nem a Dra. Mariana falou, em qualquer momento, que está sobrando recursos do Hospital do Servidor Público Municipal.

O que nós falamos é que fizemos gestão. Ou seja, tinha uma rubrica que previa um certo investimento numa parte e nós, de forma correta, para melhorar, inclusive, os investimentos no Hospital do Servidor Público Municipal, fomos acompanhando a execução. Na medida em que não vai executar tudo aqui lá, remanejamos recursos para outras ações do Hospital do Servidor Público Municipal. Tanto é que, em 2015, aumentou 22% o investimento no Hospital do Servidor Público Municipal, comparando-se o ano anterior.

Então, não sobra dinheiro, mas se investiu mais em 2015 do que em 2014 no Hospital do Servidor Público Municipal. Está certo?

Falta? Lógico que falta. O ideal é que houvesse mais recursos, não tenho dúvida nenhuma.

Agora, na hora de definir os recursos, a gente resolveu colocar para construir hospital em Parelheiros, na zona Sul; na zona Norte, na Brasilândia; porque a gente tem que investir no conjunto da cidade de São Paulo, para ampliar o atendimento da população idosa na Cidade.

A dona Socorro, citei a senhora, que não tinha chegado ainda, viu. Estou feliz em ver a senhora aqui.

Terceiro, quero deixar muito claro: não existe qualquer intenção ou objetivo do

Prefeito Fernando Haddad, deste Secretário e da Dra. Regina em abrir as portas definitivamente do Hospital do Servidor Público Municipal ao SUS ou colocá-lo para o SUS. O que nós estamos fazendo é apenas seguir a lei.

Se os servidores quiserem mudar a lei, que se debata, venham discutir, venham propor, venham propor no Conselho Municipal de Saúde para que aquilo que acredito ser o mínimo que qualquer profissional de saúde que se formou, só porque existe uma coisa chamada SUS, não pode fechar suas portas que é diante da situação de urgência e emergência. E ganha com isso também porque na medida em que amplia a situação de urgência e emergência, recebe recurso do conjunto do SUS para isso, mantém profissionais, mantém residência médica porque o serviço existe.

Há um pleito, inclusive de Vereadores, para se construir um centro de parto normal do Hospital do Servidor Público Municipal, inclusive ajudar com emendas. Isso será algo positivo. É positivo para o hospital, qualifica os profissionais, garante o parto mais humanizado, inclusive dos funcionários que hoje estão lá. Esse é um hospital que hoje é custeado – não tem todo o recurso que merecia, a gente sabe que não porque escolhas são feitas – com recurso do Tesouro Municipal. Quem banca o Hospital do Servidor Público Municipal hoje é o SUS e o Tesouro Municipal. É daí que sai o recurso para manter, pagar os funcionários, fazer manutenção, não é de outro lugar que sai, é de transferências do Governo Federal, do SUS, e pelo imposto pago pelos 12 milhões de paulistanos. É daí que vem a manutenção. Isso já é assim há alguns anos.

Reconheço, entendo, acolho as palavras fortes por compreensão de alguém que quer lutar para que melhore o hospital, mas nunca vamos admitir uma postura de se fechar diante dos 12 milhões de paulistanos. Se quiserem, então, venham apresentar na Câmara Municipal de a mudança da lei.

Esta Prefeitura vai continuar seguindo a lei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra o nobre Vereador Milton.

O SR. MILTON LEITE – Regina, a Dona Luzia disse que tem andar fechado, tem paciente tomando remédio nas cadeiras, falta maca e tudo. Isso procede?

A SRA. REGINA LUCIA PEDRO ATHIÉ – Falta maca porque não temos onde pôr. O hospital está sempre cheio.

O SR. MILTON LEITE – A senhora diz que falta maca...

A SRA. REGINA LUCIA PEDRO ATHIÉ – Não falta maca, Vereador. Falta espaço. Maca nós compramos.

O SR. MILTON LEITE – Eu vou complementar. Ela mencionou andar fechado e a senhora está dizendo que não tem onde pôr.

A SRA. REGINA LUCIA PEDRO ATHIÉ – Tem andar fechado.

O SR. MILTON LEITE – Então, tem espaço.

A SRA. REGINA LUCIA PEDRO ATHIÉ – Tem andar fechado, mas que necessita de obra.

Nós conseguimos comprar as camas hospitalares, que estão para chegar.

O SR. MILTON LEITE – Por que tem lugar fechado?

A SRA. REGINA LUCIA PEDRO ATHIÉ – Por dois motivos. Não tínhamos, primeiro, funcionários para abrir esse andar e ainda não temos. Só vamos conseguir abrir esse andar quando conseguirmos contratação de enfermagem, como o Sr. Secretário falou, virão 40 enfermeiras para o Hospital. Quando eu cheguei, aqueles andares já estavam fechados.

O SR. MILTON LEITE – Kassab, Serra, esse corte meu vai arder em que tiver de arder. Não tem problema. Se foi ele, foi uma péssima gestão.

A SRA. REGINA LUCIA PEDRO ATHIÉ - O Hospital tinha dificuldades muito grandes para contratação de mão de obra. Os salários eram terríveis antes do Plano de Cargos, Carreiras e Salários. Não conseguíamos contratar enfermagem, médicos. Hoje, não temos concurso para contratar enfermeiros.

O SR. MILTON LEITE – Há previsão de abertura desses andares?

A SRA. REGINA LUCIA PEDRO ATHIÉ – Sim. O 9º andar será aberto assim que chegarem as novas camas que estão previstas para o final de mês ou começo de dezembro.

O SR. MILTON LEITE – Melhora ai.

A SRA. REGINA LUCIA PEDRO ATHIÉ – 20 leitos. O 10º andar, se Deus quiser, será aberto no ano que vem. Vai começar a obra e vamos abrir no ano que vem.

O SR. MILTON LEITE – Boa notícia.

A SRA. REGINA LUCIA PEDRO ATHIÉ – O que levou, provavelmente, a gestão anterior a fechar foi o RH. E o que está nos impedindo ainda é RH.

A senhora tem orçado 298 milhões em 2015. A senhora executou 212.

A SRA. REGINA LUCIA PEDRO ATHIÉ – Nós vamos executar.

O SR. MILTON LEITE – Vai gastar 80 milhões em dois meses?

A SRA. REGINA LUCIA PEDRO ATHIÉ – Nós vamos executar quase tudo, Sr. Vereador.

O SR. MILTON LEITE – Quase tudo não é tudo.

A SRA. REGINA LUCIA PEDRO ATHIÉ – É. Preciso ver quando fechar. Preciso saber. Vai sobrar bem pouco.

P – Mas vai sobrar?

R – Se sobrar, é muito pouco. Preciso dizer, as coisas vão para pregão. O pregão sai abaixo, então, alguma coisa do pregão pode ser. Temos pregão até o final de dezembro.

P – Eu sei que o Secretário quer defender as coisas com total transparência, mas me custa entender. Se a senhora gastou no ano inteiro 212, a senhora quer gastar 80 em menos de dois meses?

R – Eu tenho pregoes altos até o final de dezembro.

P – Eu sei. A senhora tem pregão, vai assinar, vai ter tempo de recurso. Como a senhora vai gastar 80 milhões em dois meses. Eu sou especialista em licitação pública, eu sei

o que é isso até a senhora assinar, conferir certidão, assinar contrato, empenhar o recurso, isso leva um tempo. Estamos em 15 de novembro. Se a senhora não executou em 11 meses e meio, como vai executar 80 milhões, praticamente um terço do seu orçamento, em dois meses com pregão em aberto? Vai sobrar recurso mesmo. Então, tem problema de execução orçamentária.

Dou por encerrado, mas fica registrado, Secretário, que há algo a ser visto lá. Não estou caçando bruxa. Se tem erros do passado nos andares; se tem, tem medo do passado. As moças já confirmaram que tem passado e o senhor está tentando abrir. Isso é louvável, mas que tem problema de execução orçamentária, fica registrado, Secretário. Não vai cumprir 80 milhões em dois meses. Vão devolver dinheiro.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MILTON LEITE – Quero registrar os números e que tem pregão aberto.

Tenho imenso respeito pela Sra. Regina e pelos funcionários que estão lá. Quem vai fazer licitação, comprar, contratar, assinar, executar e liquidar, em 2015, penso que é pouco provável. Não quero duvidar da eficiência que não teve até agora na execução orçamentária. Eu sei que tem problema que dá deserção de pregão, que as firmas não aparecem, isso a gente conhece. Eu conheço bem licitação pública. É difícil executar isso em dois meses, mas vamos acompanhar o sistema de execução orçamentária. Se for necessário, chamamos a senhora para rediscutir no começo do ano na Comissão de Finanças e Orçamento.

Quero alertar e registrar a preocupação com a execução orçamentária daquilo que se dispõe, Sr. Secretário. Estou alertando, não estou abaixando o martelo. Estou preocupado diante da reclamação da senhora que tem e havia recurso. Então, tem problema de execução mesmo.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – A Casa hoje debate um projeto, encaminhado pelo Tribunal de Contas, que permite aos funcionários do Tribunal serem ressarcidos de até quase dois mil reais para planos privados de saúde.

O projeto de lei foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, mas não veio ao plenário. Foi feita uma audiência pública e só achei pertinente abordar esta matéria porque não só ouvi a manifestação da Luzia e daqueles que foram ao microfone na defesa de um hospital para os servidores, mas o Secretário anuncia com muita objetividade que respeita e quer se associar a essa luta de ter um excelente hospital aos servidores, mas isso não pode ser em detrimento daquilo que é o Sistema Único de Saúde. Acredito que não seja nada diferente do que todos esperam.

Só que os cinco conselheiros que encaminharam – cinco conselheiros, aqui estamos falando do controle externo, que é órgão assessorio ao nosso - estão dizendo que discordam porque para os servidores do Tribunal, eles preferem transferir a bagatela da ordem de 12 mil reais por ano e 24, no máximo. Então, estamos reconhecendo que o Tribunal não acredita na atuação da saúde pública. Não acredita na sua, não acredita na de vocês e não acredita na minha.

Parece-me que o controlador externo não reconhece a nossa capacidade de transformação e dos servidores, porque os servidores continuam trabalhando pelo Hospital do Servidor. Não abdicaram do Hospital do Servidor e nem pediram ao Executivo vale para pagar a assistência privada.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Estou tentando mostrar. Quem está aqui, parece-me estar do mesmo lado. Pode ter visões distintas, mas está do mesmo lado. Ninguém está contra o SUS e ninguém quer colocar em disputa o SUS meu contra o SUS seu, porque se é único não é meu e nem seu. A única cirurgia que fiz na minha vida foi no Hospital do Servidor Público Municipal.

No momento atual, a Câmara discute o ressarcimento aos servidores do Tribunal de Contas de valores mensais de até dois mil reais para pagamento de saúde privada. Portanto, o órgão que controla o Legislativo, do ponto de vista das finanças, e o Executivo está

dizendo que desconfia da capacidade de realização de vocês e nossa.

Portanto, há uma dúvida, no controlador externo, se temos competência para atender a sociedade, em especial, aos servidores que lá estão, que tem o salário médio quatro vezes maior do que o salário médio dos funcionários que estão na saúde. Nem por isso é o resultado do salário deles, que é quatro vezes maior do que média do salário de vocês, que vai remunerar a saúde privada. Não. É um adicional.

Isso é só para entender o momento que a gente está atravessando e, portanto, as reflexões que temos de ter.

Não acredito que nenhum dos servidores presentes vai preferir reformar o Hospital do Servidor para interromper as obras do Brasilândia ou do M'Boi Mirim. Não é essa questão que está colocada.

Mas quero discutir as prioridades que a Secretaria vai dar no orçamento do ano que vem para aquilo que é universal do SUS. Portanto, como essa rede que tem de se espalhar pela Cidade vai ser materializada, da mesma forma como os compromissos que foram assumidos com a região Central e, portanto, uma unidade de pronto-atendimento na região Central que não vai concorrer com o pronto-atendimento do hospital, mas vai colaborar com ele. Portanto, temos mais oferta para uma demanda que a cada dia será mais crescente.

Todo mundo está enxergando que a Santa Casa não vai passar rapidamente pelo constrangimento que vem passando. Portanto, porta aberta na região Central com qualidade...

O SR. MILTON LEITE – Só um aparte.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Sem dúvida.

O SR. MILTON LEITE – Quero deixar claro aquilo que o Police Neto está falando de maneira delicada.

O Tribunal de Contas quer contratar um plano de saúde porque está dizendo que o que está aqui não serve.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Não é contratar. Ele está aceitando

ressarcir. Cada um vai procurar o seu. Gaste dois mil reais por mês que pago até a terceira relação de grau consanguíneo.

O SR. MILTON LEITE – Veja bem, o Tribunal de Contas está dizendo que está na proposta orçamentária, mas não quer dizer que esta Casa venha a aceitar essa proposta. Eles estão dizendo que vão ter que pagar plano de saúde privado, mas que o SUS e o HSPM não servem para eles. Eu não sei o que ocorre lá, mas é triste. Não sei se vem de encontro ao que a Dona Maria Luiza e outros dizem, de qual é a razão do porquê o Tribunal de Contas não querer mais o Hospital do Servidor Público Municipal e querer pagar um plano privado; ou fazemos isso para todos os servidores ou não fazemos para ninguém. Não pode haver a classe “a” e a classe “b”. A Câmara Municipal de São Paulo, nós que estamos discutindo o Orçamento, não pode deixar isso acontecer. Não podemos dizer para os servidores que ele poderá escolher o hospital que quiser, que vamos pagar um plano de saúde privado e ainda vamos lhe devolver o dinheiro, e, aos aposentados, que eles não terão direito a nada. Que categoria de servidores nós seríamos? Não sou servidor de carreira, mas não é justo. Não sei se estaríamos cometendo injustiça com o Hospital do Servidor ou não, mas o Tribunal tem que vir aqui nos explicar isso. Para tanto, o estamos convidando para a próxima quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Eu abordei isso porque o orçamento do ano que vem do Tribunal para essa finalidade é de 5 milhões. Eu achei que seria absolutamente adequado o Tribunal oferecer 5 milhões para o Hospital do Servidor. Assim, avançaríamos numa solução que me parece óbvia.

O SR. MILTON LEITE – Esclareço que esta Relatoria não concorda não só com esse recurso, mas com o recurso do lixo, o recurso da varrição, que estão polpudos e gordos enquanto falta dinheiro para o Secretário Padilha. Por isso, precisam ser remanejados. Eu não concordo com esses reajustes e duvido que as empresas de coleta de lixo e varrição larguem os contratos que têm. Eu duvido que elas larguem esse dinheiro. Eu duvido que a iniciativa privada não faça o serviço da Prodam, um serviço de igual teor, por um menor custo. Eu duvido

que nós não consigamos isso.

Então, tem coisa que precisa ser corrigida, e a oportunidade de discutir isso é agora. Não passará no plenário desta Casa nem no da Comissão a autorização aos funcionários do Tribunal de Contas a receber um plano de saúde privado, porque, na prática, é isso, dizer não ao servidor público. O que eu vou dizer para todos os outros servidores que estão nos assistindo e que lerão no dia seguinte? Eu e toda a Comissão tomaríamos pancada. Não há como passar isso aqui, porque não tenho justificativa para aceitar isso dos servidores do Tribunal. Apesar de gostar muito deles, também gosto muito dos outros e não o que se dizer.

Estamos aqui brigando para que melhore a qualidade do Hospital do Servidor Público para não ter esse choque. Nós precisamos saber o que está acontecendo, se os funcionários do Tribunal de Contas não estão sendo bem atendidos lá, se estão sendo perseguidos por serem do Tribunal de Contas.

É isso, Presidente. Desculpe o desabafo, Secretário. Em seguida, a palavra estará com o Presidente do Sindicato, que deseja fazer uma intervenção. Mas isso cabe ao Presidente, não sou eu que coordeno os trabalhos. Sou apenas da Relatoria, mas, por mim, não vai passar isso; não há como eu permitir isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito bem. Vou pedir para o Sérgio fazer a conclusão dessa fase para que transmitamos a palavra à Mariana, que explanará sobre o Fundo.

O SR. SERGIO RICARDO ANTIQUEIRA – É breve. Para deixar muito claro, ninguém está falando que o HSPM tem que fechar as portas para o munícipe. Não tem como fazer isso nem estamos discutindo mudança de lei para fazer isso. Nós estamos discutindo uma entrega gradual e progressiva que começou em 2005/2006, quando o Prefeito Serra as nossas contribuições para justificar cada vez mais uma abertura, porque há falta de hospitais, de UPA e de Pronto Atendimento dentro daquela região, que não dá conta de atendimento ao

SUS.

Havia uma proposta do Governo de criação de uma UPA ali perto, já que o hospital tem que dar conta de todos os munícipes da região, dos de fora de região e de todo o serviço público. Esse que é o absurdo, porque lá a demanda é dobrada, mas com os mesmos recursos, retirados da contribuição dos servidores, descontado em folha. É este o debate que nós queremos fazer: de contribuição dos servidores públicos, porque nós sabíamos que aquilo lá era porta para perder de vez o hospital. Esse hospital é patrimônio nosso. Há propostas inclusive dentro do hospital de aproveitamento do espaço do hospital para a construção de uma parte de atendimento exclusivo aos munícipes a fim de proteger o nosso hospital para que nós possamos começar a fazer uma discussão sobre a volta das contribuições. Nós temos que fazer esse debate.

Eu não acredito em ressarcimento. Não vão nos ressarcir, porque não tem como nos ressarcir aquele patrimônio, que tem que voltar para nós. Para tanto, tem que ter uma contrapartida da Secretaria Municipal de Saúde e garantia do Governo Haddad do atendimento do munícipe na região. Não pode ser tomando o hospital do servidor público municipal aos pouquinhos, que tem uma história de 50 anos de contribuição, antes de ser retirado em 2005.

É isso o que nós queremos discutir. Ninguém está falando em redução do atendimento ao munícipe, mas da ampliação do atendimento ao munícipe e de garantia de bom atendimento para que qualquer servidor da Prefeitura volte a ter orgulho de frequentar aquele hospital, que foi uma referência para esta cidade e tem que voltar a ser.

É isso. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito bem.

Antes de encerramos a etapa da autarquia do Hospital do Servidor Público Municipal, passo a palavra à Sra. Neusa Spinelli, da UBS Itapema, Conselheira do Idoso.

A SRA. NEUSA SPINELLI – Sou auxiliar de enfermagem há muito anos. Já fui várias vezes ao Hospital do Servidor e sempre fui muito bem tratada, mas vou contar um caso

agora que está acontecendo comigo. Não sou de chorar por dores ou até inventá-las, mas uma vez fui levantar e, não sei o que aconteceu, tive um mau jeito e fiquei com problema no cóccix. Fui ao hospital com a intenção de ser atendida, mas só me deram um remedinho e me mandaram voltar para casa. Como eu não podia me mexer, me mover, fui lá outra vez e nada. Fui lá várias vezes por uns quatro, cinco meses. Eu mesma fui cuidando de mim, porque sou auxiliar de enfermagem e tenho um pouco de conhecimento. Não me curei, mas melhorei, porque, conforme sento, sinto que ainda tenho esse problema.

Neste ano, infelizmente devido a uma cera na casa da minha filha, levei outro tombo, que acabou com o meu braço. Novamente fui por várias vezes lá. Acontece que eles só receitam um remedinho como Dipirona e Voltaren, que não posso tomar muitas vezes por ser diabética. Fiz isso por várias vezes. Com muito custo, depois de quatro meses, eu consegui passar com um médico, que me indicou todos os exames que eu deveria fazer. Eu já os fiz e estou há quatro meses esperando uma vaga. Eu fui fazer acupuntura para poder melhorar o meu movimento porque eu trabalho e não posso escrever. Agora, tenho um pouco de movimento. Vou ficar quanto tempo assim esperando?

- Manifestação fora do microfone. (Padilha, ela está perguntando quanto tempo ela vai ficar assim e você fica namorando)

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Opa! Pessoal!

A SRA. - Antigamente, fui atendida, fiz cirurgia e, agora, olha a situação que está esse hospital. Queria mostrar para vocês a realidade. Infelizmente, não é atendida. O que ele passa? Ele não podia me falar outra coisa? Não podia me encaminhar ao ortopedista? Mas nem isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Só para a gente entender um pouco. Não conseguiremos em uma audiência de avaliação do orçamento para o próximo ano discutir os procedimentos e as condutas que os profissionais de saúde têm em cada um dos casos que

eles recebem. Por isso a Secretaria tem e deve aprimorar todos os seus mecanismos de controle interno. Para isso tem a ouvidoria e outros mecanismos prévios que acompanham a forma com que a rede se comporta frente aos cidadãos.

Não tenho dúvida de que a sua manifestação chegou não só ao Sr. Secretário, mas vai chegar aos profissionais que atendem na cidade de São Paulo.

A Mariana vai fazer uma breve fala.

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA – Eu só gostaria de pedir um pouco de respeito. É importante o momento ali. Já que a senhora constitui os Direitos Humanos, quando uma mulher está trabalhando... eu gostaria que fosse um homem aqui na chefia de gabinete para saber se alguém iria insinuar que o Secretário Padilha está namorando. Eu estava repassando a fala do Sérgio e depois continuei conversando sobre as fontes do meu trabalho como chefe de gabinete. Espero que todo mundo saiba quando existe uma mulher não quer dizer que ela está namorando, ela está trabalhando e espero que seja conhecido de todos. (Palmas)

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Não há justificativa nenhuma você continuar falando. Você devia reconhecer o erro. Reconhecer o erro não diminui ninguém. Agora, insistir no erro nos torna definitivamente burros.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Vou passar a palavra ao relator.

O SR. MILTON LEITE – Sr. Presidente, só para registrar. A senhora era Presidente em 2014 lá?

MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA – Sim.

O SR. MILTON LEITE – Em 2014 sobrou dinheiro.

A senhora tinha 245 e executou 226. Então, já vem sobrando dinheiro de lá. Queria dispensar o corpo do HSPM, não é Secretário Padilha? Porque eles têm o que fazer lá e não

justifica mais. Não vamos mais discutir o Hospital.

Passemos ao Fundo e a Autarquia, Sr. Secretário.

Estou de olho, Sr. Secretário, se sobrar dinheiro. Sobrou no ano passado. 14 já sobrou. Devolveram dinheiro.

Quero fazer um registro. Eu conheço a Mariana que trabalha no Governo Municipal e é uma profissional das mais competentes que se tem deste Governo. Ela tem minha admiração pessoal pela qualidade técnica. Ela é uma excepcional profissional.

Não concordo, mas entendo a indignação do contribuinte que aqui reclamou da atenção, mas não poderia nunca agredir de forma incisiva e inconveniente a ambos, ao Secretário e à Dra. Mariane, que aqui prestam serviços à municipalidade com altíssima qualidade, ela é muito competente mesmo. Até receba aqui meus cumprimentos e meus elogios pela sua qualidade profissional. Não tenho nenhum problema em dizer isso publicamente, porque quando ao profissional não há problema nisso.

Mas vamos à pauta sobre o fundo, Secretário. De novo na 21.71, o senhor está pedindo aqui 28 milhões, que é manutenção do sistema, Mariane, do sistema de comunicação, de novo aqui a Prodam. Agora é com você Mariane. Proposta para 2016, 28 milhões, está aumentando 1%, do atualizado já está gastando, na verdade, todo recurso. A Prodam tem uma execução orçamentária fantástica, não sobra um centavo, rapa o fundo do tacho. Se tem alguém que gasta é a Prodam. Eu perdi a chance de conversar com ele aqui, mas não vou perder a próxima. Mariane, 28 milhões. Dá para negociar melhor isso com eles?

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA – Na verdade a gente está negociando. Nosso contrato com a Prodam se encerra em março, o contrato assinado atualmente. A gente está fazendo uma revisão de parâmetros e limpando uma parte dos serviços e nesse valor a gente está acrescentando. Ele não cresce muito, mas ele vai ampliar significativamente os serviços porque a gente está ampliando a infraestrutura e a manutenção para o prontuário eletrônico, que o Secretário mencionou antes. Para o ano que vem está

previsto a expansão do prontuário eletrônico para 260 unidades de atenção básicas e dessas unidades nós estamos comprando os computadores, que devem chegar no início do próximo ano e a partir da aquisição das máquinas vai ser inserido o sistema. Quando eu insiro o sistema eu tenho que aumentar a minha rede de sustentação e é isso aqui que está incluído nesses 28 milhões, a ampliação da rede e sustentação. Eu estou negociando com a Prodam uma redução de alguns valores, troca de alguns serviços para poder incorporar isso sem ter um impacto significativo na dotação.

O SR. MILTON LEITE – Eu tenho certeza que você vai conseguir ainda reduzir. É só mostrar o preço, para eles, que a iniciativa privada cobraria pelo mesmo serviço. Diga que a Câmara está de olho e está cobrando isso, porque eles são caros mesmo.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Vereador Milton Leite, rapidamente, só para reafirmar que esse trabalho de negociar, de baixar os valores, a Mariane vem conduzindo isso na Secretaria Municipal da Saúde, tanto que nós estamos prevendo o mesmo volume que está sendo executado neste ano, mas incorporando um grande serviço a mais. Hoje, quatro unidades básicas têm prontuário eletrônico no município, passarão a ter, pelo menos, 260 unidades prontuário eletrônico no município, ou seja, estamos ampliando o serviço sem significar um aumento significativo do custo. Exatamente pelo trabalho da Dra. Mariane em reduzir preço, negociar contrato, ficar de olho. Certamente com a fala de V.Exa. aqui vai ficar mais fácil ainda, porque vamos usar isso para negociações com a Prodam.

O SR MILTON LEITE – Pode levar as notas taquigráficas. Fiquem à vontade. E se quiser levar o audiovisual podem, para verem minha indignação.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Como o Secretário falou da integração do prontuário eletrônico, junto com o SIGA, há rubrica específica para isso, a 33.70, projetando um milhão de reais, mesmo valor projetado e atualizado em outubro de 2015. Em 2014, com previsão e realização, dado atualizado, 7.3 milhões. Na realidade esse recurso vai ser executado na 33.70, portanto, vai ser um programa de atividade específica ou ele integrará

este? Como o senhor falou do prontuário que vai de quatro para 260, dentro da fala da Prodam, só para entender o que este vai atender e o que outro vai acabar tendo como responsabilidade. Quem é o outro.

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA – A 33.70, inclusive falando sem querer ser muito técnica, mas só falando um pouco, é uma dotação da área de projetos, são gastos que a gente realiza uma vez e não tem caráter contínuo.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – São os investimentos.

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA – É, são investimentos de maneira geral e aí na 33.70 estão incluídos os gastos com Prodam para alguma melhoria e para desenvolvimento de algumas coisas, para desenvolvimento basicamente do que falta ou para acrescentar do prontuário eletrônico. A expansão, eu estou falando de manutenção de rede, na verdade. A questão é que a minha rede de sustentação se amplia. Como eu falei, a gente vai adquirir. Dizer que a gente vai colocar em 260 unidades significa que a gente vai ampliar para ter computador dentro da sala de atendimento, do consultório médico, significa que eu vou ter de quatro a seis computadores adicionais em cada Unidade Básica de Saúde, que hoje conta com computador, mas vai ampliar. Então isso tem mais rede, tem mais *link*, é uma sustentação muito maior.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Então a descrição da atividade devia ser manutenção e ampliação de sistema de informação, porque aqui está escrito só manutenção. Portanto, não prevê a ampliação. Só para a gente ser muito objetivo.

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA – Na 33.70 é a implantação do prontuário eletrônico.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – E a 21.71 só manutenção do sistema.

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA – É. Manutenção de toda parte.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Então não tem ampliação nem em um e

nem em outro?

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA – A 21.71, que a gente estava falando, de 28 milhões, é manutenção de sistema de informação e comunicação.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Então não tem ampliação, só manutenção?

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA – Eu vou manter aquilo que eu instalei. Quando eu tiver mais computadores eu vou ter que manter mais computadores.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Então a descrição do programa tem que ser manutenção e ampliação, porque se você a ampliação dessa capacidade de suporte da rede ampliada você não tem a manutenção dela.

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA – É que a ampliação de fato ocorre... Quando eu comprar o computador ela não sai dessa dotação, ela sai de outra. Mas, enfim, acho que está entendido o conceito geral, na 21.71 eu vou gastar continuamente.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Vai ser o custeio.

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA – Isso, é o custeio dele dali para a frente.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Só reforçar, Vereador, Presidente Police Neto, são três coisas diferentes, para esclarecer inclusive para quem nos acompanha, a população e quem está aqui em plenário. Uma coisa é a parte de investimento de estrutura, que é uma rubrica outra, inclusive, que vai garantir computadores para as unidades básicas de saúde, para ter lá no consultório médico. Estou fazendo a solicitação para o processo de compra por licitação, para que a gente possa adquirir essa infraestrutura. Isso entra numa outra rubrica. A outra é a parte do desenvolvimento, implantação. Isso envolve desenvolvimento da parte tecnológica, isso pode envolver treinamento, que isso é muito importante, acompanhamento dos profissionais que estão implantando. E o terceiro, como disse a Dra. Mariane, que tem a ver com a relação com a Prodam, e a Prodam tem um papel decisivo nisso, que é a estrutura

da rede, não só da rede que está lá na unidade básica de saúde, mas o suporte, as informações. Tem que ter uma série de servidores muito maiores para armazenar essas informações. Então são três ações diferentes que envolvem todas as três a implantação do esperado prontuário eletrônico na cidade de São Paulo. Desde 2003 se espera esse prontuário eletrônico. O Prefeito Haddad vai implantar nas unidades.

O SR. MILTON LEITE – Só para lembrar, Mariane, quando você for fazer a negociação, do HSPM você tem dois milhões, da autarquia você tem 10.400, do fundo 28, 40,4 milhões só com a Prodam. É dinheiro demais, é muita grana para você negociar. Tem que fazer tudo isso por uns 30 e olha lá.

Vou na 41.03, Secretário. E aqui sim o senhor tem na fonte 02, na 33.50, abrindo a 41.03, aí o senhor tem a 33.50 com 133 milhões, que é do Governo Federal, na fonte 02, e o senhor tem na 33.50 560, que são os recursos municipais, e o senhor tem 185 milhões. Por que estamos falando isso? Como está oscilando esses recursos esse ano, porque resumidamente vêm todos eles para a 41.03. aí está incluso a Santa Casa. Nós queríamos um esclarecimento desse recurso, como está sendo feito, como está a execução desse contrato, como está a relação desse gasto especificamente aqui, Secretário, que na 41.03 um total de 920 milhões, o senhor está aumentando 8%. Acho louvável até porque o senhor aqui tem necessidade, mas especificamente na Santa Casa como estão? Como está a execução desses contratos?

O SR, ALEXANDRE PADILHA – Vereador Milton Leite, o número que o senhor falou está um pouco diferente do nosso. Se o senhor puder repetir.

O SR. MILTON LEITE – Repito. Na 41.03 o senhor tem 920.416. está correto? E o senhor tem aqui, abrindo a 41.03, 133 na 33.50. só na 33.50, ela complementa em seguida. Na 33.90 o senhor tem mais quatro, que é 00, aqui não é esse do senhor, e tem na 33.90, 185, que é fonte 00. De novo na fonte 02 mais 30º mil, por isso que vai chegar aos 134, mais 50 mil na conta 44.50, mais 50 mil na 44.90 e mais 574 mil na fonte 02. Está correto, Secretário?

Esses são os valores agora?

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Está certo. É que o senhor abriu aqui o quadro.

O SR. MILTON LEITE – Eu abri a rubrica porque eu queria saber a relação com a Santa Casa. Quanto o senhor está gastando, como está esse assunto.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Com relação à Santa Casa da cidade de São Paulo, todos sabem da grave crise financeira pela qual ela passou e ainda passa, certamente decorrente de problemas históricos de gestão da Santa Casa da cidade de São Paulo, dificuldade e manutenção e necessidade de reorganização de seus serviços. A mesma coisa em relação à Santa Casa de Santo Amaro. São hospitais que se mudou a necessidade de atendimento, se mudou a organização dos hospitais, mas muitos deles não mudaram ao longo desse período de muitos deles têm dificuldade de fechar seus custos. No caso da Santa Casa de Santo Amaro teve uma situação que se acrescentou a isso, que foi a situação daquele problema que teve com o prédio do pronto-socorro, que temos lá em Santo Amaro e foi feito um convênio, ampliou o convênio que tinha do Sistema Único de Saúde para garantir que o atendimento do pronto-socorro pudesse acontecer dentro da Santa Casa de Santo Amaro. Isso também é por um período transitório, já estamos em tratativas tanto com a Santa Casa de Santo Amaro quanto com a própria coordenação regional local na região, que está buscando um outro prédio para a gente possa retirar o atendimento do pronto-socorro de dentro da Santa Casa de Santo Amaro. Viria para um outro prédio, aí com a execução disso com a rubrica própria do município, aliviando esses custos operacionais que hoje tem para a Santa Casa de Santo Amaro.

Com relação aos repasses do credenciamento do SUS não tem atraso de repasse, assim com da Prefeitura para a Santa Casa de Santo Amaro e nós estamos discutindo com eles, além dessa retirada do atendimento do pronto-socorro, também a possibilidade de que a gente possa ampliar serviços de residência médica, incentivos para diminuição de filas de cirurgia, o que pode significar mais recursos para a Santa Casa de Santo Amaro e com isso ela

crescer em investimentos. E a oscilação que existe da execução é de acordo exatamente com o que é atendido, com o atendimento que é feito. É um contrato que existe entre o município e o hospital filantrópico e o repasse de recursos vai de acordo com o atendimento que é feito, é prestado contas. Assim como disse a Dra. Regina em relação ao pronto-socorro do Hospital do Servidor Público Municipal, isso acontece com todos os prontos-socorros ou outros serviços de instituições filantrópicas credenciadas ao SUS.

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA – Só para completar, a Santa Casa de Santo Amaro hoje a gente tem dois instrumentos de repasse de recursos municipal para eles. Um é um contrato que está vinculado ao PS, que o Secretário mencionou, que repassa, se não me engano, não estou com os valores detalhados aqui, mas é um valor de um milhão e cem mês para a Santa Casa pelo OS. Fora isso, dos atendimentos SUS que são feitos pela Santa Casa de Santo Amaro, existe o repasse do SUS e existe um incentivo municipal adicional que, acho de novo porque não estou com os valores aqui, é alguma coisa próxima de dois milhões esse repasse.

O SR. MILTON LEITE – Dois milhões no ano?

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA – No mês.

O SR. MILTON LEITE – Incentivo de dois milhões mês?

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA – Mês.

O SR. MILTON LEITE – Mais que o contrato que é um milhão e cem?

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA – Para o hospital. Por causa do PS. É o conjunto. O conjunto que o município repassa. A gente tem discutido...

O SR. MILTON LEITE – É um milhão e cem mais dois ou é dois milhões no total?

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA – Não. Eu acho que não dá dois inteiros. Dá um milhão e 700, ou 600, mais um milhão e cem. Alguma coisa assim.

O SR. MILTON LEITE – Três e oitocentos no total.

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA – É. Mas são caminhos

diferentes, porque um vai pelos atendimentos do SUS, que é o incentivo municipal, faz parte de um convênio, e outro é um contrato específico do atendimento no PS. Para se dizer que existe um aporte, eu sei que existe uma preocupação com a situação que está lá. O aporte da municipalidade é esse mais o do recurso federal.

O SR. MILTON LEITE – Está perfeito.

Na 2000, não houve implantação de ecoterapia em Parelheiros, nem abertura de rubrica aqui fizeram, em 2016, por que Mariane? Por que Secretário? Implantação de ecoterapia em Parelheiros.

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA - Eu queria só reforçar, mas aqui vou contar uma história, desde a elaboração orçamentária do ano passado é um esforço da Secretaria de Gestão, agora Secretaria de Finanças, tentar concentrar as dotações quando tem uma unidade.

Essa aqui foi uma dotação aberta pela Câmara, no ano passado, que acabou não sendo executada e a proposta é que os trabalhos de Parelheiros ficam executados dentro das dotações mais globais também. É a mesma questão.

O SR. MILTON LEITE – Não precisa então? Eles não usam esse dinheiro? Não tem ecoterapia, não vão precisar.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Não existe esse serviço. Certamente quando a Câmara tratou o Orçamento, provavelmente algum Vereador ou o conjunto da Câmara, atendendo alguma demanda, ou algum projeto específico, para se criar um serviço de ecoterapia. Esse é um serviço importante de pessoas com deficiência.

O SR. MILTON LEITE – Eu perguntei se o senhor não...

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Pode contribuir com isso. Nós não recebemos nenhum projeto específico disso, se for apresentado um projeto ou se algum Vereador que apresentou para este ano, quiser apresentar para o próximo ano, se tem proposta de emenda, nos interessa sim, é algo que pode ser modelo.

O SR. MILTON LEITE – Está perfeito, Secretário.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Não sei se exatamente Parelheiros tem capacidade instalada para ter lá. Se surgiu em Parelheiros é porque alguma entidade...

O SR. MILTON LEITE – Tem demanda sim.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – É alguma entidade está apresentando como proposta, sempre vai nos interessar algo alternativo e importante para a Saúde.

O SR. MILTON LEITE – Vamos ver o dinheiro grosso, agora, Secretário. Está 2.100, Mariane, a Administração da Unidade, menos 1%, por que da redução, Mariane, menos 1% aqui?

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA - Aqui é em relação a...

O SR. MILTON LEITE – O que está ocorrendo que você está reduzindo?

R – Acho que abri por grupo... Tenho impressão que tem a ver com a questão do pagamento do retroativo de 2014, sobre o plano de cargos e salários ter caído no ano de 2015. No ano de 2016 a gente tem uma redução, porque teve um pagamento significativo.

P – E também não tem problema do acréscimo dos servidores, na folha?

R – É o que está aqui previsto na folha. A folha está acompanhando o que foi acordado dentro do plano de cargos e salários, a partir dos...

P – Menos um está tranquilo, aqui?

R – A princípio sim.

P – Por que a princípio? Explique isso para nós.

R – É que o menos 1% é sempre em relação, de novo, ao que está orçado que é 1.873. Se for olhar o liquidado até 2015 tem 1.426. A minha expectativa, se não me engano, é de 1.700 e pouco. Tem um crescimento em relação à nossa expectativa da dotação, ela cresce de qualquer forma. Não há queda.

P – Está bom. Vamos ser mais rápidos, senão não vamos conseguir fechar isso. Vou ter um tempo para depois ouvir os contribuintes. Se houver mais dúvida dentro de mim,

Secretário, eu ligo para a Mariane. São inúmeras as questões, nós vamos passar o dia inteiro aqui. Se eu tiver dúvida, Mariane, eu ligo e vamos esclarecer. Não precisa vir aqui ou eu ir lá. Eu telefono, não tem problema nenhum.

R - Estou à disposição.

P – Na 21.80, aqui temos números de capacitação, informação e aperfeiçoamento de servidores. Aqui preocupou, Mariane. Por que tanto? O total de redução tão significativo assim, de 60% a menos, na média.

R - Não. Esse caso em particular é em relação a um convênio que existe.

P – É capacitação aqui.

R - A escola municipal tem um convênio com a Unesco e o repasse principal do convênio com a Unesco é um repasse único, desculpe, é um convênio único, que vai estar em andamento ainda no ano que vem, mas o repasse foi realizado neste ano. Se for ver ali é uma parcela significativa, de, inclusive, recursos federais também, de 13 milhões, que tem uma queda, depois, para este ano.

P – Mas são três rubricas aqui: na 00 menos 90%, tinha 4 milhões; na 02, 13 milhões, que é o Governo Federal, você está falando 3.922. Depois, na 03, também é uma redução, o Governo Estadual não demanda mais?

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA - Na verdade, eu interrompi até o Secretário, mas é assim: tem 1 milhão que está sendo executado em 2015. A gente está orçando 8,3 milhões para o ano que vem, além disso que eu estava falando.

Então, você tem, de qualquer forma, um crescimento, em termos do executado este ano, para o ano que vem.

R - Posso...?

O SR. MILTON LEITE - Este número aqui está... Essa diminuição, então, são os 13 milhões que não... Se está esgotado, é que é convênio único, é isso?

R - São dois aportes, Sr. Vereador, que a Prefeitura de São Paulo recebeu esse

ano de dois programas, que a execução deles, a execução física - não é? -, o que vai acontecer, se estende ao longo de 2016 - a maior parte, inclusive, ao longo de 2016. Um é um convênio com a Unesco, como disse a Dra. Mariana, para capacitação, que envolve não só os trabalhadores, como todas as questões da Saúde, mas com foco bastante importante em relação à primeira infância - faz parte, inclusive, de ações do São Paulo Carinhosa e de formação e qualificação dos trabalhadores. E outro também, que a Escola de Saúde recebeu, que é em relação à saúde mental, à capacitação dos trabalhadores da rede pública municipal de Saúde para lidar com o tema da saúde mental, que é um tema cada vez mais importante para nossa cidade: não só o uso abusivo de drogas, o tema da depressão na população idosa.

Então esses, como disse a Dra. Mariana, o aporte é um aporte único (ininteligível)... compõem aqui o que foi dito aqui, desses 13,900 milhões, e reduz, em relação a 2016, porque o recurso veio este ano e a execução é ao longo de 2016.

O SR. MILTON LEITE - Executou parte dele e está executando parte no ano seguinte, é isso, não é?

R - É. E tem outra parte que é do Governo do Estado, que aí é uma redução, é uma previsão já de redução de repasse do Governo do Estado, que já vem sinalizando isso, uma redução de repasses aos municípios.

P - Vamos seguir, Secretário. Nós temos muitas coisas.

4101, operação e manutenção das unidades de saúde básicas e especialidades. Aqui sim cabe uma preocupação, Secretário: menos 15, menos 96, menos 50. Ou seja: menos 15 na 00 - aí chamou a atenção. Menos 96 na 02. Deve ser cumprimento de programa executado. E 03, a mesma coisa: menos de 50%.

É só um esclarecimento no total: aqui o senhor tinha 229, neste ano, contra 429 em 2015. É operação e manutenção de unidades básicas e de especialidades. Por que essa mudança, essa migração para tão menor aqui? Aqui é a operação e manutenção das unidades básicas de saúde e de especialidades, Secretário. O que que houve neste aqui?

R - Não, aqui é a mesma situação, não é? Uma coisa é o que é previsto; outra coisa é o executado. Para 2016, nós estamos tirando aquilo que é repasse do Governo do Estado, porque só têm caído os repasses do Governo do Estado. Nós estamos prevendo uma ampliação dos recursos.

P - O senhor está dizendo que o Governo do Estado não está cumprindo?

R - Não, não. O que estou dizendo é que o Governo do Estado tem reduzido os aportes. Inclusive, quando a gente mostrou naquele dado inicial das transferências, a maior redução é exatamente do Governo do Estado. Enquanto teve ampliação do Governo Federal e ampliação do investimento do Município, nós tivemos redução de repasses do Governo do Estado.

P - O que eles alegam para essa redução de investimentos no Município de São Paulo, Secretário? Do Estado, qual é a alegação? Porque que estão gastando tão pouco na cidade de São Paulo?

R - A alegação, quando nós vamos às Comissões bipartites, que envolvem Secretaria Municipal, Secretaria Estadual, é de redução da Receita mesmo. O Governo do Estado vem reduzindo investimentos, vem reduzindo sua receita, vem fechando escolas - não é? -, a gente está sabendo disso, acho que o público e esta Câmara têm acompanhado isso. Fecha, por exemplo, maternidades. É um dado muito evidente.

Sempre nasciam mais crianças em hospitais gerenciados pelo Estado do que pela Prefeitura na cidade de São Paulo. De 2013 para cá, só inverteu isso: ampliou o número de crianças nascidas em hospitais municipais. Nasceu mais criança em hospital municipal do que em hospital estadual. Por exemplo, na maternidade de São Mateus, na zona Leste, a média era de 500 partos por mês e, agora, passou para um pouco mais de cem partos por mês.

Então essa é uma realidade e a gente, a Prefeitura, trabalha com esse planejamento e coloca mais recursos, vamos atrás de mais recursos do Governo Federal para poder compensar essa situação. Tanto é que o que está sendo previsto para 2016 é maior do

que foi executado neste ano.

O SR. MILTON LEITE – Ou isso, não é Secretário. O Governo do Estado, no município de São Paulo investindo tão pouco, em parcerias com a municipalidade. Muito ruim isso.

Aqui, Secretário, 41.20, gratificação de municipalização da saúde.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Na 41.01, aqui também tem um pouco o efeito da não ampliação, o fato da gente não ter conseguido ampliar, não ampliou o custeio? Não ampliar a rede de equipamentos que oferecem saúde básica especializada. Porque a previsão era de 429 milhões, a gente executou até outubro 167. Então a gente pode, eu estou dando exemplo porque eu acompanho um território específico, que é o território de Perus, a decisão da administração era desapropriar uma área pública e ia se gastar dois milhões de reais. Depois de dois anos e meio sem dialogar com as lideranças locais, a gente levou a administração a dialogar com as lideranças e encontrou uma área pública que não precisou desapropriar. A gente estava prestes a perder o financiamento federal e, portanto, não realizamos neste ano a abertura do serviço e, portanto, não onerou aquilo que é operação e manutenção da unidade. O que estou perguntando é: essa distância entre 167 milhões, porque aqui são valores, mesmo que com origem do Estado ou origem da União, a gente está reduzindo de uma maneira significativa aquilo que vai estar em operação. Aqui é porque a gente também não vai realizar a expansão para o próximo ano? Essa é a pergunta.

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA – Enfim, eu queria só para ajudar a gente a fazer a leitura dos números em si. Se a gente olhar 2014, a gente gastou nessa dotação que a gente está conversando 190 milhões, no total. Tinha uma expectativa de 430, que seria uma expansão, mais que dobraria o valor na dotação, e o que a vai gastar, vai finalizar o ano, isso aqui é até outubro, essa dotação anda mais rápido, deve finalizar o ano com mais de 200 milhões. Então tem uma expansão do gasto de qualquer forma nessa dotação.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – É quase o vegetativo. Estamos crescendo aí menos do que a capacidade que cresceu o próprio orçamento. Estamos crescendo menos que o orçamento.

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA - Deve ter acompanhado...

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Então não tem novo serviço?

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA – Aí acho que o Secretário pode falar, mas de novo serviço nessa dotação a gente tem o Albergue San Remo, que foi inaugurado em setembro, o efeito vai ser mais sentido no resto do ano aqui, e acho que novo serviço nessa dotação é Albergue San Remo. De qualquer forma, também é uma luta histórica daquela comunidade, um albergue que ficou sendo discutido um bom tempo e a gente conseguiu concretizar a cessão do uso do terreno da USP para a secretaria em agosto, ela estava travada nesse problema, e agora abriu as portas desse serviço. Enfim, a dotação par 2016 parece compatível com o ritmo das entregas.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Presidente, Vereador Police, eu não acredito que a previsão e o orçamento final, que ele é aprovado em dezembro por esta Câmara, ele contava com a previsão de ampliação de custeio para novos serviços construídos, porque a Câmara tinha o mapeamento da Secretaria Municipal da Saúde, como senhor citou, por exemplo, a UPA que se pretendia construir não tinha nem o terreno garantido em dezembro do ano passado. O que poderia ter existido, certamente pode ser, porque é assim que se faz, é uma previsão de ampliação de serviços de custeio em unidades que já existem, em hospitais, unidades básicas de saúde, ou seja, você poder ampliar. Vou citar um exemplo, com a mudança que fizemos em relação ao chamamento, ao longo de todo esse ano foi feito um processo novo de chamamento da relação com as organizações sociais. É possível que no final do ano passado, quando se fechou o planejamento, se imaginava que na medida em que tivesse um chamamento novo ia se ampliar os recursos de custeio de repasse para organizações sociais. O modelo de chamamento feito pelo Prefeito Fernando Haddad de

territorializar, aí é uma postura muito ativa da Dra. Mariana na Secretaria, no processo de negociação dos contratos e dos novos contratos, não significou uma ampliação de recursos de custeio, como poderia acontecer, ou seja, nós estamos conseguindo fazer o chamamento novo, mudar o modelo, poder recontratar os profissionais sem significar uma explosão de gastos de ampliação de recurso de custeio nas unidades básicas de saúde que já existiam. Então acredito que poderíamos ter uma previsão de aumento de custos em unidades já construídas. É lógico que as novas unidades que estão sendo construídas vai significar uma ampliação de custeio.

Para além daquilo de serviços já existentes, as 13 novas UPAs 24h que estamos fazendo, entre elas a de Perus, as reformas, os Hospitais Dia. Nesse mês de outubro, por exemplo, mais do que dobrou a produção de cirurgias de catarata e de média complexidade nos hospitais existentes. Isso significa mais aporte de recursos, e isso vai ampliar cada vez mais, aumentando o custeio por parte do Município. É lógico, se vier mais recurso do Governo Federal, se o Estado puder colaborar mais, não são só recursos municipais, mas estamos garantindo a ampliação disso com os recursos municipais.

O que o senhor falou é verdade. Se as construções tivessem acontecido antes, o impacto sobre o custeio já teria acontecido. Mas não acredito que essa previsão de dezembro do ano passado estava prevendo novos equipamentos construídos – acredito que seria muito mais em função de aumento de custeio em equipamentos já existentes. Nós fizemos o grande esforço de fazer o chamamento, mas sem significar uma explosão maior de custos para a Secretaria Municipal de Saúde.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – É que são duas informações contraditórias.

Se temos 13 serviços para ser oferecidos no ano que vem.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Das UPAs 24h, cuja construção começaram agora, vão ficar prontas ao longo do ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Então elas vão onerar o orçamento do ano que vem, como a previsão anterior era onerar o orçamento do ano passado, à medida que muitos dos serviços estão programados desde o lançamento do Plano de Metas. Então aqui estamos falando de coisas que não foram pactuadas no ano passado, e, sim, há 90 dias do

início da gestão em 2013. Então estamos falando de uma pactuação que não é de dezembro do ano passado, quando foi aprovado, nem do orçamento que foi oferecido à Câmara em dezembro, porque ele foi oferecido em setembro. Portanto, a Administração, quando oferece à Casa, em setembro, sabe a capacidade de realização para o próximo ano.

Quando a gente fala do recurso do Governo Federal, o que é contraditório é a interpretação das secretarias, porque as outras secretarias que vêm aqui... A não ser o seguinte: estamos mantendo a expectativa de receita de repasse da União porque vai que ela acontece. Isso a gente tem recebido. Na semana passada, recebemos o Secretário de Esportes, recebemos o Secretário de Infraestrutura. Então todos eles têm anunciado o seguinte: não vamos tirar, e a gente insistindo para ter o comportamento muito parecido com o do senhor. Então aqui pelo menos um secretário vem apontando esse equilíbrio.

O que estamos tentando decifrar é se não tem, no caso da 4101, uma migração, porque está claro aqui que não são volumes programados pequenos – estamos falando de 50% do orçamento. Então não é do dia para a noite que a gente desiste de realizar 50% de atendimento. Ou isso está parecendo em outra rubrica orçamentária ou tem alguma coisa absolutamente inconsistente, porque não dá, do dia para a noite, 50% de custeio deixar de existir. Você pode cortar investimento, mas cortar custeio é mandar médico embora ou fechar serviço – só para conseguir entender o que pode ou não estar sendo produzido nesse processo.

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA – Acho que vale um esclarecimento adicional.

De fato, é isso: antes dos contratos de gestão no modelo territorializado, que agora está funcionando na maior parte dos serviços, existiam diversos convênios. Na medida em que os contratos foram sendo assumidos, isso começou a acontecer em 17 contratos agora em setembro, alguns convênios foram sendo encerrados. Os convênios eu executava na 4101, os contratos na 4125. Então de fato tem uma migração do ponto de vista de pagamento de serviço específico que sai da 4101 e vai para a 4125. Ou seja, eu passo a pagar algumas unidades que estavam conveniadas com algumas entidades, que agora fazem parte de um contrato de gestão territorializado, que facilita a minha gestão, facilitar o acompanhamento e controle do ponto de vista da Secretaria. E na hora de realização do pagamento tem esse efeito na dotação.

O SR. MILTON LEITE – Secretário, agora, para continuar, eu vou para a 4125. E aí

eu tenho mais duas coisas para falar, e aí passar para os demais Vereadores e outros que desejem.

Na 4125 – Operação e Manutenção de Atendimento Ambulatorial Básico e de Especialidades e Serviços Auxiliares, Diagnóstico e Terapia.

Você aumentou a receita da 00 em 26%. O Governo Federal caiu em -3, e, de novo, o Governo Estadual baixou para o 16. O Governo Estadual está tendo realmente um desempenho pífio. Mas, na média, você aumentou 16%.

O que está ocorrendo na 02, na 03, principalmente nessa daqui, o Governo Estadual, até para a operação e manutenção, está caindo a receita desse jeito, Padilha? Está assustando a coisa aqui. Então, na verdade, está desconstruindo um trabalho feito entre estado e município. Não estão priorizando a saúde, é isso? O que é que está acontecendo com o governo do estado? Porque aqui você suplementou a sua, aumentou a sua receita, para manter o equilíbrio orçamentário anterior. Pelo que estou vendo, subiu em 16%, porque fez frente com o teu recurso da 00, é isso?

O que aconteceu? Para tapar o buraco da falha do governo federal e do governo estadual, você está botando no 00? Equilibrou? Aqui é aumento de demanda, né?

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Aqui só revela duas coisas: primeiro, o compromisso que eu mostrei nos dados iniciais do Prefeito Fernando Haddad em ampliar cada vez mais os investimentos na área da saúde. O Prefeito Fernando Haddad, ao final do seu primeiro mandato, não tenho dúvida nenhuma disso, com tudo que ainda precisamos melhorar, vai entregar novos para a cidade de São Paulo nas áreas que mais precisam de leitos, que é a periferia da zona Sul e a periferia da zona Leste. Vai entregar os hospitais Hora Certa funcionando, com uma ampliação importante de realização de cirurgias – isso tem impacto importante no custeio. Vai entregar as UPAs 24h. E a parte mais expressiva desses investimentos, tanto para construção quanto para o custeio, está vindo do esforço do Governo Municipal, e com a Câmara Municipal contribuindo muito com isso.

Esta Câmara Municipal, por exemplo, aprovou recentemente um projeto de lei importante em relação ao IPTU de terrenos ociosos. O Vereador Police Neto sempre me falava da importância desse tema, que ajuda a recompor receitas quando aprovou o PPI, ajuda a recompor receitas do município, e esse é o esforço que o município vem fazendo.

A participação do governo do estado na manutenção dessas unidades sempre foi muito baixa. O senhor pode ver: tem uma variação, cai, de algo que já era baixo. Então não é

nem um meio copo vazio, é um copo vazio que ficamais vazio ainda. Já era bem baixo, comparado com os investimentos gerais. E os repasses do Governo Federal dependem muito da abertura dos serviços e a habilitação desses serviços, por isso que é feita essa previsão inicial. Mas eles podem crescer na medida em que foi feita a habilitação dos serviços novos. O processo de habilitação dos serviços com recursos do Governo Federal, para custeio, para a manutenção chegar, tem que abrir o serviço, depois vistoria técnica, aprovação na comissão bipartite, que envolve estado também autorizar. Por isso que essa é a previsão, e pode ampliar cada vez mais à medida que os serviços vão sendo ampliados. Mas acontece na cidade de São Paulo, acontece nos municípios do Estado de São Paulo também, de o principal aporte para a manutenção das ações de saúde ser feita pelos municípios.

O SR. MILTON LEITE – Secretário, aí eu pergunto para V.Exa.; o orçamento da pasta, 9,4 bilhões, o Governo Municipal, de ofício, deve congelar 20%, se for generoso. Aí vem a parte dolorosa: em outros anos, descongela nos últimos meses, porque é possível o cumprimento da execução orçamentária com a realização das receitas que podem suprir. Mas, desse ano, estamos assistindo nos últimos três meses, e a tendência está apontando, a quedas no ano vindouro.

A pergunta é para o senhor, especificamente. Nós estamos falando de 9,4. Ele congela, nos nossos cálculos, 20% - a Mariana tem prática nisso. Não há como ele não congelar para a execução orçamentária; ele terá que congelar. Aí solta a cota mensal, na medida em que vai executando.

Eu imagino, Mariana, que, chegando ao final de 2016, nós teremos qualquer coisa com os seguintes cenários, sendo otimista... Ele congela 20 e descongela mais ou menos 8; não vai descongelar os 20 este ano. Aí, Secretário Padilha, nós estamos falando de congelamento de 1,8 bi, e o senhor terá 900 milhões. Ele não deve descongelar 900 milhões, que serão as perdas de receitas do município.

Se esse quadro ocorrer, Secretário, como é que é a previsão orçamentária? Hoje, nosso quadro é triste. O que vamos fazer? Não é que o Prefeito não queira, a intenção do Prefeito Fernando Haddad está expressa em número, é boa, é bem intencionada. Ele supriu o buraco numas das rubricas mais importantes, que é a 4125. Tanto a manutenção do pessoal, a 21100, quanto a 4125, que são significativas e importantes. E o senhor aportou da fonte 00.

A preocupação agora, Secretário, é realmente nesse cenário de terra batida que o país atravessa. Como nós vamos sobreviver, Secretário, e Mariana, com esse

descongelamento, que eu não imagino que ocorra da mesma forma? O senhor tem como gastar menos ou esse dinheiro já está no limite mínimo a ser gasto? Dará para fazer frente aos compromissos assumidos? Diante de uma crise, como iremos sobreviver? Vamos priorizar a saúde e a educação? O que vamos fazer? Realmente o quadro não é bom para o ano vindouro. Ninguém aqui está sonhando com um mundo maravilhoso nesse início de ano, com essa dificuldade que está aí posta ao mercado. Secretário, por favor, e Mariana.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Vereador Milton Leite, primeiro que a prática da administração em fazer congelamentos, contingenciamentos, e ir liberando de acordo com os projetos a execução, eu considero que é uma prática positiva da gestão e da administração pública. Ela mobiliza a administração pública...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário, o bom gestor deve fazê-lo, para cumprimento da execução orçamentária; tem que trabalhar com o que entra, não com o que é.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – É isso. Eu considero uma prática positiva. Ela mobiliza secretarias, faz com que as secretarias aprimorem os projetos, acompanhem mais de perto a execução. Permite, se uma secretaria não foi veloz por algum motivo, ou teve alguma dificuldade na execução daquela área, permite que você remaneje esse recurso para aquilo que é prioridade da cidade de São Paulo, sempre atendendo as pessoas.

E o que eu posso dizer nesses dois meses que eu estou na Secretaria Municipal de Saúde, e já acompanhava isso, obviamente, quando já estava na Secretaria de Relações Governamentais, mas lógico que isso fica mais próximo estando na Secretaria Municipal de Saúde. Enfim, refiro-me à sensibilidade da prioridade do Prefeito Fernando Haddad em relação aos recursos da saúde.

O Prefeito Fernando Haddad vem enfrentando não somente a crise da atividade econômica hoje, que tem uma forte queda, sobretudo de receita estadual e de repasses estaduais. Mas o Prefeito Fernando Haddad enfrentou o aumento, a necessidade de redirecionar recursos para a área, sobretudo, do transporte público, em 2013, porque a cidade viu o que aconteceu em 2013. Depois enfrentou a frustração de receita – a cidade não receber um recurso relacionado à atualização do IPTU que esta Câmara aprovou, e que segmentos questionaram na Justiça, impedindo que esse repasse fosse feito à Prefeitura no ano de 2014. Depois vem enfrentando a queda de receita federal, estadual e de repasses no ano de 2015, sempre se comprometendo, ao contrário de outros, que fecham serviços, a ampliar serviços – ampliou vaga de creche; está ampliando fortemente as cirurgias na Rede Hora Certa, e tenho

certeza de que vamos ampliar muito mais para o próximo ano.

Então tenho certeza absoluta de que a prática do contingenciamento, congelamento com liberações mensais vai nos ajudar, a Secretaria Municipal da Saúde, a ser mais eficiente no gasto, a combater qualquer tipo de desperdício, aprimorar os projetos, mas, tenho certeza absoluta, que aquilo que está dedicado de orçamento à Secretaria de Saúde será integralmente liberado ao longo do ano, de acordo com a execução das ações. E como bom gestor, quem não chora não mama, nós vamos executar plenamente os recursos que estão sendo propostos e certamente vamos sempre atrás de mais recursos na medida em que a gente for ampliando os projetos.

O SR. MILTON LEITE – Secretário, só uma coisa. Eu chamo a atenção da redução. Eu acho que não claro. Quando o Governo do Estado não está repassando, claramente caiu a indústria automobilística está parada, o ICMS despencou, o repasse de ICMS afeta as nossas receitas, então vai afetar e os principais tributos municipais não estão mais com o mesmo desempenho. Infelizmente a população quando se vê apertada na sociedade, a primeira coisa que faz é não pagar imposto, o cobrador não manda para o protesto no mês seguinte, não corta telefone, ele não paga primeiro o tributo e depois não paga outra coisa. A preocupação Secretário é enorme com a saúde do município. Aí quero que V.Exa. fale a respeito disso, porque eu estou extremamente preocupado. Não adianta dizermos aqui que vai cumprir, eu estou preocupado se tem um plano b de eventuais reduções mediante uma crise posta. E outra coisa, Secretário, o Hospital de Parelheiros entra em operação quando? Quando a população efetivamente vai poder fazer uso daquele hospital lá em Brasilândia?

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Vereador, começando pela última pergunta. O planejamento da execução da obra é para iniciar operação no Hospital de Parelheiros em agosto de 2016. Esse é o planejamento, inclusive com aportes de recursos municipais se forem necessários para manter esse planejamento da obra. A gente inicia a operação em agosto de 2016. Lógico que nenhum hospital, do tamanho que é o novo Hospital de Parelheiros, você inicia a operação integralmente de uma hora para outra. Você inicia por módulos, do ponto de vista técnico é o mais adequado, esse é o planejamento de execução da obra. Em relação ao

Hospital da Brasilândia, o planejamento da obra é uma obra de 20, 21, 22 meses, mas é em torno de 20 a 22 meses de acordo com o início dela, que foi agora no mês de setembro. Então a previsão de início de operação do Hospital Brasilândia, de conclusão dele, conclui uma parte importante da obra, parte civil da obra ao longo de 2016, equipamentos e detalhes finais da obra no começo de 2017. A previsão de abertura do planejamento é 2017. Porque o Prefeito Fernando Haddad já disse isso em várias situações, nós tivemos durante um período de seis a oito meses de redefinição do projeto do Hospital Brasilândia, inclusive da área onde ele seria colocado por conta das definições do projeto da obra do metrô pelo Governo do Estado. Isso gerou um atraso de seis a oito meses na execução inicial da obra do Hospital Brasilândia.

E em relação ao seu comentário inicial, nós sabemos que não só a cidade de São Paulo, os municípios no País como um todo vivem os impactos importantes de uma crise econômica internacional, vários países do mundo também reduzindo sua expectativa de crescimento. O Brasil, eu acredito que vive um impacto de uma crise econômica internacional e de um ambiente político muito ruim que se instalou no País, o que reduz a segurança e a esperança do empresariado investir cada vez mais, a gente começar investimentos e pré-investimentos, que tem impacto direto nas receitas, mas tenho certeza absoluta que o Prefeito Fernando Haddad vai enfrentar essa situação, como enfrentou 2013 e 2014, onde frustração de receita para o município, ou redirecionamento para área de transporte não impediram o Prefeito Fernando Haddad de manter os compromissos que tinha com a área da saúde com relação aos serviços. Então aquilo que está planejado de orçamento para a execução orçamentária do ano que vem tenho certeza absoluta que o Prefeito Fernando Haddad vai dar demonstração que ele vem dando, não só de executar integralmente, mas inclusive de colocar mais recurso às vezes do que estava previsto.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Secretário, vou tentar explorar um pouco a forma distinta que tanto o Hospital de Parelheiros vem sendo financiado, da forma que o Hospital da Brasilândia vem sendo programado, pelo menos planejado. O Hospital de

Parelheiros recebe recursos poderosos nesse ano e no ano que vem, recursos de transferências federais. O nosso hospital da Brasilândia tem uma fonte tanto orçamentária como financeira, pelo que eu saiba, já depositados nos cofres da Prefeitura, legislação aprovada por esta Casa acabou firmando recursos específicos de um imóvel que foi vendido em Santana, um hospital que foi vendido em Santana financiando um outro hospital e o Parlamento acabou por condicionar a um novo equipamento na zona Norte. Então deixamos de ter a cessão da área para o São Camilo e a venda para o São Camilo parece que rendeu ao município próximo de 70 milhões de reais. O orçamento do ano que vem apresenta 30 milhões para rubrica 33.66, construção e instalação de hospital. É aí que estão os recursos para a construção do Hospital da Brasilândia? Em que pese a organização do raciocínio de que teremos uma obra de 20 meses, ela consumiu até agora sete, oito milhões de reais. Então era para entender um pouco esse cronograma das intervenções com aquilo que a gente tem recurso financeiro já garantido, sendo que aquele que está prevista inauguração em agosto tem compromisso assinado, mas com recursos ainda que não temos o financeiro para fazer frente a esse investimento. Então é para entender essa lógica da garantia dos tempos.

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA – Começando pelo Hospital de Parelheiros. Ele tem fato na proposta de orçamento de 2016 um valor total de 107 milhões, esperado para ele, dos quais nem tudo é federal. Nós temos 20 milhões municipais que a gente está propondo para o hospital, e mais 87 milhões do Governo Federal. A proposta do Governo Federal era maior, a gente tem recebido com uma velocidade, infelizmente, aquém do a gente gostaria, mas como o Secretário falou, está se dispondo a colocar recurso municipal para garantir os prazos pactuados aí. Com relação à dotação 33.66, os 30 milhões que estão ali, uma parcela deles, se não me engano, dez milhões, são para fazer os preparativos para a licitação no Hospital Alexandre Zaio, que também era outro compromisso da gestão, que vai ser licitado no ano que vem, e 20 milhões são para o Hospital da Brasilândia. Existem mais recursos para o Hospital da Brasilândia, só que ele não está nessa proposta, porque é recurso

que já está depositado. Os 76 milhões a que V.Exa. se refere são recursos já depositados em conta específica no exercício de 2015. Como esse dinheiro já entrou em 2015 eu não posso prever ele em 2016 como entrada, eu tenho que esperar que seja apurado em superávit financeiro desse ano, ele vai aumentar essa dotação a partir de suplementação por superávit - essa foi a nossa perspectiva. Então, com certeza, como V.Exa. disse, pelo ritmo da obra, e até pelo período em que a obra começou, o valor total do Hospital da Brasilândia, que ele tem, não vai ser usado em 2015, vai sobrar o dinheiro esse ano, e vai ter um superávit, ele sim é um dinheiro com carta marcada, de superávit que suplementa essa dotação no ano que vem.

O SR. MILTON LEITE – Só quero dizer que os recursos de Brasilândia estão totalmente garantidos no convênio? Esse não corre risco?

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Uma grande parte.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – São 75 milhões, cerca de 75 milhões que foi graças à Câmara Municipal ter autorizado o processo licitatório, isso, como disse a Dra. Marianne, isso foi incorporado já em 2015, ou seja, foram depositados em 2015, esse recurso totalmente contemplado, e mais cerca de 22 milhões que estamos prevendo de execução de obra para o ano que vem. Isso significa quase cem milhões de uma obra que, como falei...

O SR. MILTON LEITE – Para 2016 dá. É isso?

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Isso, isso. De uma obra, que como falei, ela tem a previsão de ultrapassar o ano de 2016, indo para 2017.

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA – É que não são só esses 30 milhões, é o que eu queria dizer. Tem o superávit desse ano que precisa esperar apurar.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Só me preocupa... Eu entendi o superávit financeiro que a gente vai ter, mas o dispositivo orçamentário em nada dialoga com esse superávit financeiro. Portanto, ter 60, 70, 80 milhões para a obra em nada prejudica o fato de você ter um superávit financeiro. Nós teremos que elevar o dispositivo orçamentário. Mas se nós já sabemos previamente que temos o financeiro, não há razão para não ter o dispositivo

orçamentário. Eu não entendi essa lógica de esperar materializar o superávit e que já sei que tem, para aumentar o dispositivo que eu sei que vou ter que onerar.

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA – Segundo a 4.320, a Secretaria de Finanças não pode colocar também aqui, na verdade o recurso de receita. Por isso.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – O superávit financeiro, mas o orçamentário não.

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA – Mas como receita. É que a peça orçamentária está construída com base numa receita esperada para o ano de 2016 e ela tem que colocar a despesa esperada equilibrada com essa receita. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Sem duvida nenhuma. É que tem uma diferença fundamental daquilo que eu já sei que tenho financeiro, porque esse obrigatoriamente eu tenho que ter orçamentário, de uma série de outros que a gente tem aqui, que a gente não sabe se vai ter o financeiro. Portanto, aquele que eu tenho garantia do financeiro é o primeiro que eu tenho que garantir o orçamentário. Todos os outros têm menor importância, essa é a questão da abordagem técnica e não é... Se esse eu tenho o financeiro, eu tenho que ter 100% do orçamentário dele garantido, dos outros não.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – É que tecnicamente você tem que ter clareza de quanto vai ser executado dos 75 milhões desse ano, porque exatamente aí estabelece o superávit e é isso que entra na receita estimada. Como parte da receita estimada para o ano que vem é uma parte do volume dos 75 milhões do que é executado nesses três meses. Vamos supor que o ritmo de execução, de liberação de vistoria de obra seja x, tenha executado 15 milhões, por exemplo, antes tem 60 milhões que se coloca na receita estimada para o próximo ano.

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA – Eu posso explicar até de uma outra maneira. Se eu colocar aqui 60 milhões, por exemplo, do Hospital de Brasilândia no

orçamentário você vai ter que ter 60 milhões de receita prevista no ano que vem de 00 para usar no Brasilândia. Só que esses 60 milhões não é do ano que vem. Eu vou estar comendo um pedaço do dinheiro que vai entrar no ano que vem e prevendo ele numa despesa que eu já tenho dinheiro, justamente que vai sobrar desse ano, mas que não pode entrar como receita. Se você quiser ampliar, se a Casa optar por ampliar aqui, ela tem que tirar de outro lugar ou ampliar a receita. Eu não posso ampliar a receita com estimativa de superávit, tem que esperar acabar. É só uma questão técnica. Se colocar aqui tem que tirar de outro lugar.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Foi uma outra abordagem que eu quis dar, mas sem problemas. Vamos seguir. Portanto, a gente não sabe ainda quanto vai ser gasto no Hospital da Brasilândia, porque a gente não pode apresentar o dispositivo para isso. É essa a questão.

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA – Sabe quanto vai gastar.

O SR ALEXANDRE PADILHA – São 75 mais 20. Cem milhões de investimento. O quanto dos 75 vai ser entre outubro, novembro e dezembro e o quanto vai ser a partir de janeiro, isso depende da execução do que está. É exatamente isso que a Dra. Mariana falou, se a gente prevê já antecipadamente o quê dos 75 vai ser de receita para o ano que vem, nós podemos estar criando uma receita que não seja de fato. Vamos prever que 55 vai sobrar para o ano que vem. Se a gente executar mais rapidamente, o que é bom, um volume maior nesses três meses, vai estar prevendo a receita que não vai existir. É só isso. Mas o investimento é de 100 milhões.

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA – Eu acho que não estou sabendo me explicar, porque além da incerteza de quanto gasto, já dá para prever um pouco que vai sobrar em torno de 60 milhões. Eu só não consigo colocar orçamentariamente esses 60 milhões agora sem comer uma outra despesa que estou prevendo. É só isso. A previsão é de 60 milhões para o ano que vem, mais 20, ou seja, 80 milhões no ano que vem.

O PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito bem. Cadê o Cantinho do Céu?

O SR. ALEXANDRE PADILHA – É nas obras de unidades básicas de saúde. O Vereador Jair Tatto está falando, lembrando de uma obra, que é um sonho de 30 anos, que é a Unidade Básica de Saúde...

O SR. JAIR TATTO – São 80 mil pessoas que não têm uma unidade básica de saúde, que vocês, neste ano, com muita luta, com dois anos de luta, tentando terreno, tentando equipamento - é engraçado, Vereador José Police Neto, mas quero fazer o registro -, e eles com muita garra foram lá e desenrolaram em seis meses. Repito, desde o primeiro momento o Governo Haddad estava disposto a fazer, estive lá, prometeu. Nós aprovamos o projeto que flexibilizava as áreas de mananciais para equipamentos, que era um problema crônico, parabéns pelo seu empenho e aí 80 mil pessoas poderão ter, então depois de muita luta, e por esse projeto tramitar nesta Casa, a compra de um terreno e que já é uma unidade imediata para atender a construção. Então tem de fazer um registro aqui, que em seis esse Secretário desenrolou a situação. Uma gratidão. Em dois meses, falo seis para dizer que o tempo não é o senhor da razão nesse caso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – E Secretário nos anuncia que esses estão nas verbas de construção, ampliação e reforma de equipamentos que é a 3101. É isso? Não! 3367. Mais alguma coisa?

Com a palavra nobre Vereador Calvo.

O SR. CALVO – Boa tarde a todos! É tão importante a saúde, e infelizmente não teve a mesma mobilização que vimos na audiência pública semana passada, com as outras demais secretarias. Mas todavia faço a essa comissão e ao Sr. Secretário, pela experiência de um Ministro de Saúde, tem se demonstrado sensíveis as causas de melhora no atendimento à população.

Vejo que não temos nenhuma rubrica para uma adequação melhor de já encaminhada do hospital Sorocabanos. Queremos ver esse hospital funcionando um pouco melhor, precisamos de mais recursos...

Sr. Presidente, onde está o relator? Não adianta eu falar se o relator não está presente. Preciso falar para o relator? Vou aguardar o relator.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Vou suspender a reunião por dois minutos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. José Police Neto.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Está aberta a reunião. Como temos, neste momento, um médico nos acompanhando. Médico que preside à Comissão de Saúde, como irá trazer demandas da Comissão de Saúde, além de demandas que chegam ao mandato do nobre Vereador e V. Exa. precisava do relator aqui presente, expliquei de que não seria possível manter o nobre Vereador Milton Leite por mais de quatro horas sem usar o toalete, nesse sentido a sessão foi suspensa.

Passo a Presidência ao nobre Vereador Jair Tatto, que nos acompanham desde manhã que terá a tarefa de relatar as subprefeituras, por isso já trás essa conceituação da descentralização do orçamento, então também sugiro à Secretaria que transmita ao nobre Vereador Jair Tatto, as unidades descentralizadas que porventura possam ser destacadas porque já estão decididas. Sei da de Perus, porque lá estou. O nobre Vereador Jair Tatto, trouxe a do Cantinho do Céu, porque lá está.

É importante ter essa possibilidade, quem sabe, conseguir dar uma estabilidade positiva ao orçamento, que é conseguir contar a sociedade quais os equipamentos que serão construídos durante o ano que vem, portanto, pode contar inclusive com acompanhamento da sociedade, a partir da Lei. Então a lei, deixando, claro, da mesma forma que temos o hospital de parrelheiros, é importante informação trazida pela Mariana que os 30 milhões não é só o Hospital de Brasilândia, mas também o Hospital Zago, zona Leste, e portanto, estamos trabalhando aí com um hospital que vai ter projeto, tem outro que vai estar em execução e obra, mas quem sabe as unidades descentralizadas também possam passar a ter essa mesma lógica de dispositivos orçamentários transparentes que todos possam acompanhar do começo

ao fim sua execução.

Passo a presidência ao nobre Vereador Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Com a palavra o nobre Calvo.

O SR. CALVO – Sr. Presidente, nobre Vereador Jair Tatto. Nobre Vereador Milton Leite, se a presença de V.Exa. é notada, é porque V.Exa. é muito importante para todo o processo desta casa, que aliás, a palavra de V.Exa. sempre foi mantida, é por isso que fazemos questão que V.Exa. esteja presente. V.Exa. é uma garantia para nós. O trabalho desta Comissão é um primor. V.Exas. têm feito audiências públicas incansáveis. É claro que todos tem o direito de no mínimo esvaziar sua bexiga.

Coloco a questão de regiões que estão descobertas, que equipamentos mínimos de saúde. Essa Comissão de Saúde e tem aqui o porta voz da comissão de Saúde, não necessário a presença do Secretário, temos aqui o Dr. Eurípedes que acompanha à Comissão de Saúde. A Comissão de Saúde com a presença de todos os senhores, realizamos uma audiência pública e trouxemos o Sr. Secretário de Saúde, do Estado, e do Município, sobre o Hospital Sorocabano e não vemos nada de complementação daquilo que foi prometido. Foi iniciada na hora certa lá.

Por outro lado temos aqui um centro de referência do Idoso, que não contempla minha região. Temos no Plano de Metas do Sr. Prefeito Haddad, uma UPA que tem mais de 80 mil habitantes e não tem um pronto atendimento. Queremos essa UPA lá e já disponibilizamos o terreno, mas se não tiver nada previsto para garantir, no mínimo um projeto para essa UPA, não adianta. Nem sei se no próximo Orçamento estarei aqui, então tenho de garantir agora. Se a gente não pega o cavalo selado não adianta reclamar. Se deixar o bonde passar, não adianta reclamar. Se o Sr. Prefeito deu 20% de congelamento, quero dizer, de contingenciamento, o senhor pode colocar o que o senhor dentro desses 20% porque a medida que for sendo plausível a execução ele vai liberando. Antes de V.Exa. anunciar que irá colocar algo a mais para a saúde, gostaria que V.Exa. atendesse as reivindicações das rubricas da Comissão de

Saúde, pode ser nobre Vereador Milton, aí eu faço pessoalmente com V.Exa. porque isso tem sido muito eficiente e atendido todos os Srs. Vereadores com igualdade.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Quero anunciar a presença do nobre Vereador Paulo Fiorilo.

Tem a palavra o nobre Vereador Milton Leite.

O SR. MILTON LEITE – Nobre Vereador Calvo, ouvi a manifestação de V.Exa. quanto ao pleito as demandas ora mencionadas. Preciso que V.Exa. dê dimensão, endereço certo, via Comissão de Saúde, à Comissão de Finanças e vamos apreciar no âmbito dessa comissão, com a maior boa vontade possível.

Sr. Presidente, gostaria de fazer uma pergunta o Presidente da Autarquia. Sr. Artur, para não sair zero a zero, o senhor está tendo aumento, no orçamento, de 15% nas diversas rubricas que o senhor tem. Na 0,2 o senhor está zero, zero, deve ser cumprimento de um programa que tinha. Não novo, nos recursos novos, 52% na 0,6, deve ser receitas próprias e 525 da zero, zero. Esses recursos são suficientes?

O SR. ARTUR PEREIRA – Bom dia a todos. Cumprimento todos os presentes. Os recursos são muito bem-vindos para nossa cidade. Evidentemente, como disse o nosso Secretário, é sempre muito bem-vinda, quando a gente pode ter recursos para cuidar das pessoas. esses recursos são suficientes para realizarmos alguns investimentos no ano de 2016, e para a manutenção de toda nossa rede de hospitais. Os recursos são importantes. Houve um incremento no Orçamento como o senhor bem apontou, em relação a nossa execução de 2015, recursos esses que serão importantes na nossa responsabilidade no cuidado das pessoas que procuram os nossos hospitais. E recursos de investimento, em especial nas contrapartidas de algumas obras importantes, alguns hospitais, e em relação à aquisição de equipamentos para nossa rede hospitalar.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Nós temos quatro inscritos. O primeiro inscrito é a Sra. Maria do Socorro, ONG Nosso Sonho, Itaquera, pelo tempo de três minutos.

A SRA. MARIA DO SOCORRO – Boa tarde a todos. Eu estou aqui com dificuldade de falar, mas não vou deixar de falar. Fiquei muito feliz de ter visto aqui o Vereador Calvo e todos os componentes que acredito e confio. Espero que não me decepcione. Eu sou do conselho e quero o planalto, eu quero uma posição do Valdomiro de Paula e o outro, que vocês falaram e eu estou acompanhando. Mas o mais quente que eu quero é um equipamento para o idoso, o CRI, o UPAS estou acompanhando. Eu quero porque o idoso não está morrendo não, gente, o idoso tem que ter coisa para se valorizar, se respeitar e vocês saberem que nós existimos. Aqui tem um equipamento na Cidade A.E.Carvalho, no Rua Corre-Corre desde 2012 que estou lutando, solicitando, por fim de pessoas sem escrúpulos, tiraram aquele equipamento, está fechado e falou que ia se uma UBS. Como UBS se tem AMA, tem UBS, tem o PSF e tem o equipamento especial, não tem nem 500 metros do outro e está fechado. Cadê? Sem comunicar a gente, sem pedir a nossa opinião e quiseram fazer UBS. Eu quero. Fui no Ministério Público, já falei com a Luciana, a Secretária, estou falando agora para o Secretário Padilha e todos da Mesa, eu quero aquele equipamento para o idoso. Que equipamento eu não sei, mas o idoso não está morrendo não. Nós queremos dignidade e oportunidade. Aqui está a anotação e eu solicito, eu posso elogiar ou criticar. Eu prefiro mais elogiar. Muito obrigado.
(Palmas)

O SR PRESIDENTE (Jair Tatto) – Peço que a senhora entregue por escrito a reivindicação pontual.

Tem a palavra o Sr. Laete Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Sou Presidente da Uniglobal Trabalho e Cidades e também da Confederação dos Municípios das Cidades em Defesa do Sistema Único de Saúde do Brasil, que é a ConBrasil-Saúde.

Eu não trabalho bem para a saúde, eu sou formado na Europa em Engenharia do Esporte, especializei-me em Escola Superior de Circo, no globo da morte, no motociclismo e no ciclismo, e também fiz um curso de Técnico de Medicina Desportiva. Mas tenho um serviço

prestado para a sociedade brasileira, dentro da Saúde. Estivemos em 14 conferências nacionais de Saúde, e uma das teses que apresentamos e que está sendo desenvolvida, aqui em São Paulo, nesta cidade do País, que foi o Programa Hora Certa, o projeto de instalação do SAMU no País; apresentamos outra tese também que foi os paramédicos, as motolâncias, a instalação das motolâncias no País; e também o projeto de Saúde nas Escolas, baseado num estudo que fizemos aqui em São Paulo...

O SR. MILTON LEITE - Laerte, só uma coisa: eu queria lembrar que é preciso, depois, de V.Exa. Não se esquecer, ao final, de entregar por escrito os pleitos de V.Exa., para que eu possa contemplá-los na relatoria. Muito obrigado.

P - Tudo bem.

E o programa, também, de Saúde nas Escolas, que está sendo implementado.

A minha pergunta para Secretário é a seguinte: a cidade de São Paulo, até agora, não viabilizou o projeto das motolâncias aqui na cidade de São Paulo.

E outra pergunta: quantos alunos já foram atendidos aqui na cidade de São Paulo pelo programa Saúde nas Escolas?

Baseado no Saúde nas Escolas, temos um estudo que, a cada dólar que é investido no esporte, se economizam quatro dólares na Saúde.

Também apresentamos a tese da implantação das academias de saúde nas cidades do País.

Academias de Saúde, o que seriam? Seriam academias com equipamento avançado de ginástica e equipadas com uma equipe de médicos: cardiologista, ortopedista, nutricionista e um clínico geral. E, também, elas não foram implantadas.

Nesse estudo que fizemos na cidade de São Paulo, de seus alunos públicos, veja bem, 67,3 estão acima do peso.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tempo esgotado.

O SR. LAÉRCIO BRASIL - ... Isto é, 17% estão obesos. Foi em cima desse estudo

que a gente apresentou, nas conferências nacionais de saúde, o Programa Saúde na Escola.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Laerte. Tempo esgotado.

Próximo orador, Carlos Henrique de Aquino.

O SR. LAÉRCIO BRASIL - A pergunta para o Secretário é quantos alunos foram atendidos hoje na rede pública com o Programa Saúde na Escola.

Era o que tinha para dizer. Obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito obrigado, Sr. Laerte Brasil.

Carlos Henrique de Aquino.

O SR. CARLOS HENRIQUE DE AQUINO - Opa, boa tarde a todos e a todas. Quero cumprimentar o Secretário de Saúde, o Sr. Padilha; os Vereadores e os demais aqui presentes.

Na verdade, tenho só uma pergunta para fazer, sobre a questão das UBSs - Unidades Básicas de Saúde, a questão dos remédios que geralmente são distribuídos gratuitamente para a população. E, este ano, como a gente vai chegando a determinada idade, alguma coisa a gente tem feito, tenho passado nas UBSs e o médico me passou uma receita de um remédio que eu poderia estar tirando no posto, nas UBSs. O que aconteceu? Eu andei por quatro AMAs para poder achar o remédio.

E a segunda informação dizia o seguinte...

O SR. CARLOS HENRIQUE - Achou o remédio?

P - Fui a quatro AMAs, mas achamos. Mas, quer dizer, há uma dificuldade aí.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Que remédio que era?

P - Não lembro aqui de cor, mas era uma receita. Posso trazer a receita, trago isso por escrito. Por escrito, posso trazer por escrito.

- Manifestação fora do microfone.

P - Eu trago por escrito, por gentileza, porque não sou médico, não entendo de remédio. Mas eu trago aqui por escrito, tá?

Mas digo o seguinte: se eu... Imagina a população estar correndo a quatro ou cinco AMAs para poder conseguir um remédio.

Outra questão também, que o Prefeito Haddad prometeu para nossa população sobre a questão da... Nós estávamos falando da Prodam aqui, do sistema, sobre a questão do prontuário do cidadão. Se eu fosse à UBS da Mooca, por exemplo, ou se eu fosse a outra UBS, o médico teria ali o prontuário do atendimento. Isso não aconteceu, não ocorreu. Nós pagamos tão caro à Prodam e não tem esse sistema ainda.

Eu queria saber, até da Mariana: queria saber de você se tem alguma proposta em relação a isso.

Outra coisa que quero, aproveitando meus 30 segundos, é dizer o seguinte - viu, Padilha? -, que o Governo do Estado, meu querido, acho que ele quer dizer que não têm compromisso com a saúde, nem com educação, nem com nada, nem com habitação. Isso porque, na verdade, o Governo do Estado está jogando tudo para os municípios e parece que não existe Governo aqui na cidade de São Paulo. O Governo do Estado parece que está deixando a desejar mesmo para a população, infelizmente. Vou deixar isso registrado, porque a questão de fechar as escolas na nossa cidade e nos municípios é um absurdo, está bem?

É só isso o que tenho para dizer.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Carlos Henrique.

Fábio Siqueira; em seguida, devolvo para o Vereador Calvo para fazer aqui um agradecimento público.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA - Obrigado, Vereador Jair Tatto, Vereador Milton Leite, Vereador Rubens Calvo, Secretário Padilha, Chefe de Gabinete Mariana; também o senhor representante dos servidores públicos, Superintendente.

As perguntas são muito claras na área da Saúde, mas, antes, é importante dizer de alguns dados que o Tribunal de Contas, no último dia 25 de julho, na sua página 121, nos trouxe: dados preocupantes e dados que revelam um fracasso da Gestão José de Filippi

Júnior, Secretário, seu antecessor, não é?, Secretário Padilha, na Administração da Saúde nesses dois anos na cidade de São Paulo.

Só para a gente dar alguns dados estatísticos, os casos de tuberculose na cidade, comparados 2013 e 2014, aumentaram 75 casos.

Os casos de dengue, comparados 2013 e 2014 - pasmem! - aumentaram 362%: de 18 mil em 2013 para mais de 65 mil em 2014.

Realmente é um verdadeiro descalabro a questão da saúde, especialmente na área da Vigilância Sanitária, haja vista dinheiros que não foram executados nesse triênio.

Também o Tribunal de Contas nos mostra que as dotações referentes aos equipamentos para a população vulnerável não estão sendo utilizadas. Por exemplo, a questão das URSIs, que é a meta 57, dotação 3007, os 3.200 reais sumiram, nada foi executado, 2013/2014, e parece que em 2015 também, porque não há nenhuma URSI entregue até agora - [especialmente a URSI de Itaquera, há tanto prometida.

Queria saber se a decisão de passar cinco das oito URSIs para a Universidade Nove de Julho passou pelo Conselho Municipal do Idoso, porque o Conselho simplesmente desconhece ou desconhecia essa orientação.

Então, você tem um Conselho que tem 23 anos e não é consultado de uma mudança orçamentária e de logística, nesse sentido de uma dotação tão importante.

Como também a dotação das pessoas com deficiência: de 49 milhões só foram utilizados 200 mil no primeiro biênio da Administração José de Filippi Júnior. Isso é uma coisa lamentável.

As cinco Casas CER - Centro Especializado de Reabilitação parece que também... Duvido que sairão do papel.

Como também os Caps, matéria de jornal da semana passada, os novos, estão praticamente parados, porque a execução orçamentária 2015 dos Caps está muito ruim, está muito mal. Tanto que, no Orçamento de 2016, não tem detalhamento de onde serão realizados

os Caps.

Vocês vão parar de entregar Caps na cidade de São Paulo?

Pergunta para o Hospital do Servidor Público... Desculpem-me, para a rede dos hospitais da autarquia: a verba de reforma, 105 milhões. Algo foi executado? Por que baixaram para 64 milhões?

Por que a reforma de um dos maiores hospitais públicos desta cidade, Fernando Mauro, Campo Limpo, não sai do papel. Quantos reais foram gastos na reforma neste ano de 2015? E quais reformas? Porque, no ano passado, foi apresentado, pelo antigo Supervisor Morimoto, acho, um monte de reformas, um monte de verbas federais previstas e, em 2015, passou em brancas nuvens.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tempo esgotado.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA - Também queria, para encerrar, porque estou falando também do Servidor Público e da autarquia, comentar sobre algumas execuções orçamentárias, como também a execução do CER, que eu tinha dito aqui: a verba caiu de 52 milhões para 36 milhões. Quer dizer, reduziu a verba dos Centros Especializados de Reabilitação.

E também, por fim, queria saber se a meta 16 será cumprida, porque foram prometidas 41 de novas UBSs integrais. Quantas já foram entregues e quantas serão entregues até dezembro de 2016?

E também na questão da rede Caps, parece que também teremos problemas na entrega do plano de metas.

E, por fim, queria lamentar a não entrega - mais uma violação ao plano de metas - do Hospital Municipal da Brasilândia.

Vocês tinham o dever de priorizar esse hospital e, com certeza, terão repercussão eleitoral, no ano que vem, tenho absoluta certeza, por essa questão da não entrega do Hospital da Vila Brasilândia.

E queria cobrar do ex-Ministro Padilha porque, enquanto foi Ministro, não ajudou a liberar a verba 02 para vários assuntos que acabei de falar aqui: Idoso, pessoas com deficiência.

A Fonte 02 está travada, tem dotações zeradas da Fonte 02, já neste triênio, e o senhor foi Ministro, e parece que não se empenhou muito em liberar a Fonte 02, enquanto foi Ministro do desgoverno, do governo de pedaladas da D. Dilma Rousseff.

É isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Fábio Siqueira.

Vou permitir que a D. Erika, que voltou e solicitou, D. Erika Sato, use a palavra por três minutos, rigorosamente.

A SRA. ERIKA SATO - Primeiro, boa tarde já, não é?, a todas e a todos. Peço desculpas pela confusão. Eu saí um minutinho...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Fórum de Mulheres da Zona Oeste, Movimento de Humanização.

A SRA. ERIKA SATO - Isso, só fui pegar um café e acho que foi justamente nesse momento.

Antes de tudo, queria agradecer: agradecer à Vereadora Juliana Cardoso; ao seu assessor; à Secretaria de Saúde e ao Prefeito, por terem comprado e estarem apoiando o Movimento de Humanização na cidade de São Paulo.

A gente sempre pede, mas é preciso agradecer também por terem compreendido a importância dessa nova estrutura.

Queria falar rapidamente, sou mãe de três filhos e sofri violência obstétrica. Por isso, hoje faço parte desse movimento. Uma das piores coisas que passei dentro de um hospital foi ter ficado 18 horas longe de meu filho, sem tê-lo pego no colo, porque a maternidade estava lotada e eu fiquei 18 horas numa maca. Meu filho hoje está com 17 anos e esse hospital continua com o mesmo problema.

Eu sou da região do Butantã e gostaria de verificar como que está a situação. Eu sei... Assim, eu conheço o projeto inicial de ampliação; conversei com a gerência do Hospital. Então, assim, estou aqui representando também um desejo do Hospital, não só da comunidade do Butantã.

Gostaria de saber por que que foi alterado esse projeto. Pelo que entendi, esse projeto deixou de ser ampliação para ser somente uma reestruturação. Eu conversei com a gerência, com funcionários, e só reestruturação, sem criar um banco de leite, não vai melhorar muita coisa no hospital.

Eu sei que o Hospital atendia cerca de 160 partos. Hoje ele está atendendo 215 por mês, porque ele está não só atendendo à comunidade como ele está atendendo os problemas do HU - não é? -, está todo mundo correndo para lá, e o Hospital Sorocabana, por estar fechado. E nós somos um hospital... E lá é um hospital de referência de gestantes de risco e, também, é um hospital que atende mulheres em situação de violência.

Então estou aqui para pedir por todos os centros de partos normais, mas, principalmente, para o da minha região, que é onde eu convivo, sei, acompanho de perto os problemas.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, D Erika.

Vereador Calvo.

O SR. CALVO – Para consignar aqui, de público, eu constato que a UBS integral lá do Jardim Antártica foi contemplada. Fazer um agradecimento à Secretaria, à Gestão do nosso querido, que foi Ministro, aqui, e está se empenhando agora, e vamos nos empenhar em fazer o Dezembro Vermelho em combate à Aids, e a execução, Dr. Padilha - e também do Dr. Eurípedes, lá do Jardim Antártica, UBS integral.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito obrigado, Dr. Calvo.

Para responder a perguntas, e aproveite, faça suas considerações finais, tem a

palavra o Dr. Artur, Superintendente da Autarquia Hospitalar Municipal.

O SR. ARTHUR PEREIRA – Em relação à questão das reformas, que o Fábio Siqueira aponta, a informação que eu tenho – e podemos ficar à disposição para checar depois – é que os recursos para reforma sempre estiveram na casa dos 66 milhões, e mais a contrapartida ao redor de 6 milhões. E esse valor que você apontou, eu não reconheço neste momento. A não ser que possa ser recursos de outras obras, de exercícios anteriores, que foram realizadas, ou são pequenas obras em hospitais.

Em relação aos convênios, há uma monta de 66 milhões e está incluído o Hospital de Itaquera, que é o Valdomiro de Paula; e mais obras importantes principalmente em relação à porta de entrada, urgência e emergência, que monta pouco mais de 16 milhões, além da contrapartida. A questão do Hungria, Pirituba, José Soares, há uma proposta de investimento de pouco mais de 20 milhões. Também a reforma do Hospital do Jabaquara, Arthur Saboya, onde há previsão de quase 16 milhões de investimentos, e o Alípio, o Ermelino, com obras importantes na urgência e emergência, ao redor de 13 milhões. Esses projetos estão em finalização, são projetos executivos, e a nossa expectativa é que iniciemos os projetos de reforma no início do próximo exercício. OK? Mas fico à disposição para que possamos esclarecer essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito obrigado, Arthur.

Para suas considerações finais, tem a palavra o Secretário Alexandre Padilha.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero agradecer esta comissão, as falas de todos os presentes. Certamente, o debate que fizemos nos ajudará a aprimorar a execução orçamentária, a execução das ações da Secretaria Municipal de Saúde. As sugestões trazidas serão incorporadas, e as várias falas.

Quero apenas responder, comentar alguns pontos levantados nas últimas falas dos que nos acompanham nesta audiência.

Primeiro, em relação ao meu compromisso com a cidade de São Paulo no período em que fui Ministro da Saúde. O Sr. Fábio Siqueira é profundo conhecedor da execução orçamentária, e veja que fui Ministro de 2011 até o final de 2013, saí no começo de 2014. Pode ver que o maior aumento de receita, o maior aumento, para a maior cidade do país, a 6ª maior cidade do mundo, foi do Ministério da Saúde. Não houve qualquer receita a mais para cidade de São Paulo em 2013. Foi um aumento maior do que a verba para o SUS – Sistema Único de Saúde, e foi exatamente pelo nosso esforço que foram repassados os recursos.

Todos os investimentos que estão sendo feitos pela cidade de São Paulo de 2013 a 2016 - exceto o Hospital da Brasilândia, hospital que esteve na Câmara Municipal, foi viabilizado recurso devido a projeto de lei que o Prefeito Haddad encaminhou a esta Câmara Municipal, que o aprovou – todos, todos os outros são devido a recursos repassados durante o período em que eu era do Ministério da Saúde, e aprovado nesse período o incentivo inicial feito via portaria publicada naquele período. A única exceção é o Hospital Dia Hora Certa, que é um programa inovador, o Governo Fernando Haddad inova no sistema de saúde. Até 2016, vamos instalar 30 unidades da rede Hora Certa que certamente será incorporado ao Sistema Único de Saúde. E como é um equipamento inovador, vai passar a fazer parte da política nacional de saúde pública.

Obviamente, repassamos a primeira parte dos recursos, aplica-se a portaria e aí há passos a serem executados. E como há dificuldades para encontrar terreno na cidade de São Paulo e fazer licitação, os recursos do Ministério da Saúde são repassados de acordo com o início da execução da obra. Então, se há uma coisa com a qual tenho a maior tranquilidade é em relação a isso.

Posso falar porque o senhor sabe da luta pessoal que enfrentei para garantir o programa Mais Médicos no Brasil, e a cidade de São Paulo é a que mais recebeu Mais Médicos, são 260 médicos atendendo a população. O Vereador Jair Tatto sabe a importância desse programa para a periferia da zona sul. Foi à região que mais reduziu a mortalidade infantil na cidade de São Paulo. Hoje a periferia da zona Sul tem padrões de mortalidade infantil de países desenvolvidos, apenas um dígito, e exatamente na mesma região que recebeu mais médicos do programa Mais Médicos. E o salário, a formação, a bolsa-formação são integralmente garantidos pelo Ministério da Saúde.

Na época em que eu era Ministro da Saúde, esta Câmara Municipal aprovou uma lei muito importante, a possibilidade de a Prefeitura Municipal ter uma espécie de recurso para auxílio-moradia para ajudar o Mais Médicos, e nós queremos ampliar ainda mais. Já solicitamos do novo Ministro da Saúde mais 250 médicos do Mais Médicos para que possamos ampliar a presença desses profissionais, sobretudo, na periferia. Em relação a isso, tenho muita tranquilidade.

O senhor falou de dever com o Hospital Brasilândia, mas esse dever vem dos anos 70. O falecido ex-ministro Adib Jatene, no final dos anos 70, construiu um plano de investimento para a região metropolitana de saúde. Ele era Secretário Estadual da Saúde à

época em que construiu esse plano de investimento. A previsão de ter um hospital na Brasilândia estava nesse plano, já no final dos anos 70. E o senhor está cobrando dever? Todos que passaram não cumpriram o dever. Não botaram um tijolo. O Prefeito Fernando Haddad arrumou terreno, fez projeto, começou a obra, apresentou à Câmara alternativa de fonte de recursos quando não havia recursos. Estamos executando a obra e vai ser o Prefeito que vai concluir o hospital. Então, se tem alguém cumprindo o seu dever é o Prefeito Fernando Haddad.

Em relação às Unidades Básicas de Saúde, até dezembro de 2016 nós teremos, pelo menos, 39 UBSs. São 16 sendo construídas agora; mais 23 com licitação programada para o ano que vem, e para que haja licitação é preciso que haja garantia de terreno, e eu apresentei na Comissão de Saúde. E há mais 7 UBSs para as quais não havia terreno, não havia área apropriada, e nós conseguimos de uma forma alternativa, locando casas, locando equipamentos ou fazendo um módulo de rápida construção, por exemplo, vamos fazer no Cantinho do Céu, na Gleba do Pêssego, na Vila Nova União, e duas das unidades serão na zona Leste. Então são 39 UBSs e mais 7 unidades. Falei que uma parte é locação de novos prédios, e outra parte é adaptar às unidades ao sistema modular, de rápida construção, em locais disponíveis para atender à população.

Em relação ao CER – Centro de Especialidade em Reabilitação, ele só passou a existir na cidade de São Paulo a partir da gestão Fernando Haddad, antes não havia. Há duas semanas, eu e o Prefeito estávamos no Hospital Hora Certa São Miguel, zona Leste paulistana, visitamos um CER em São Miguel, que está atendendo à população com muita qualidade. E já ampliamos o CER, passou a ter CER na zona Norte, na zona Sul, vamos entregar mais um funcionando naquele antigo complexo do Hospital Sorocabano; e um CER na zona Leste. Cada região passará a ter um CER – Centro de Especialidade em Reabilitação.

Também vamos assumir duas unidades da AACD, uma na zona Sul e outra na Norte. A AACD tomou a decisão de centralizar seus atendimentos na sua unidade central. Quando nos informaram, de imediato falamos: se vocês fecharem, nós colocaremos equipe da Prefeitura, reabriremos e vai funcionar. Quanto ao processo de transição, a AACD já comunicou o Governo do Estado, e estamos esperando o comunicado final para que possamos colocar as equipes do CER.

Em relação aos CAPS, a Prefeitura tomou a decisão que creio seja correta. Antes de sair construindo CAPS pensar que não é como uma rua, uma rua você sai asfaltando. Agora

um Centro de Atenção Psicossocial, um centro especializado em saúde mental, é preciso que funcione muito bem. Não adianta apenas construir sem que funcione muito bem. E a Prefeitura tomou decisão que, creio, seja correta. Para reorganizarmos a saúde mental na cidade de São Paulo é importante que funcionem bem os 80 CAPS existentes. Para terem ideia, saiu de 14 mil para 17 mil consultas, está atendendo à população e é preciso melhorar ainda mais. Precisa ter: psiquiatra, psicólogo, terapeuta ocupacional, enfim, uma equipe multiprofissional. Então é preciso ampliar recursos fazendo com que funcionem bem. Nesse processo de chamamento, estamos tendo um cuidado muito especial para que os CAPS tenham mais qualidade de atendimento.

Outra prioridade é o programa de Braços Abertos, e priorizamos porque que é um programa inovador, e vai ser a referência não só para o Brasil, como também para o mundo de política de redução de danos, de como lidar com o uso abusivo de drogas, programa que tem 75% de adesão. Eu reafirmo, Vereador Jair Tatto, porque outro dia vi estampado que o Programa de Braços Abertos tinha 25% de abandono. Eu desafio alguém a mostrar outro programa que tenha 75% de adesão, de redução de danos, de uso abusivo de drogas. Até comentei com uma das pessoas do jornal, a Universidade de São Paulo tem cursos com mais de 25% de evasão, entram 100 alunos, não saem mais de 25. Você vai fechar o curso por causa disso? Não. Então, o Programa de Braços Abertos, desafio mostrarem um programa tão bem sucedido diante de uma situação tão vulnerável quanto essa.

Ao mesmo tempo, até o final de 2016, teremos mais 10 CAPS espalhados pela cidade de São Paulo.

Dona Socorro, depois passamos o mapeamento, mas há na zona Leste, há em cada região da cidade, e sempre com olhar, com o foco na periferia.

Em relação ao idoso, Dona Socorro – a senhora ainda não estava aqui -, comentei que pela dificuldade que tínhamos para conseguir terreno para construção das novas CRIs, a Prefeitura conseguiu uma parceria importante com a Uninove. Ela, em seus campus, vai construir unidades dos CRI – Centro de Referência do Idoso, com equipes que eles formarão, o que vai ser muito bom para o atendimento da população idosa. Serão pelo menos mais cinco unidades como essa.

Além disso, como a senhora falou, já tinha uma casa, já tinha um local, que era o antigo CAPS da Rua Corre Corre, e nós estamos transformando esse CAPS garantindo que ali haja também um Centro de Referência para a Saúde do Idoso.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Isso mesmo. Será no antigo CAPS Corre Corre. Na medida em que ficou desativado, havia uma proposta de ser apenas uma UBS e nós falamos: não, vamos fazer uma parte para abrigar as equipes de saúde da família, mas queremos salas, um espaço adequado para atendimento no Centro de Referência da Saúde do Idoso, como a senhora falou.

Além disso, tem de ter expansão porque não adianta fazer equipamentos isolados e a população do conjunto da Cidade, sobretudo da periferia, não ter um melhor acompanhamento em relação à saúde do idoso. Por isso, a Prefeitura tomou como decisão colocar em cada supervisão da periferia da cidade de São Paulo, onde não tenha equipe de acompanhamento da saúde do idoso, que é muito importante. A equipe tem de ser formada por médicos, assistentes sociais, enfermeiras, terapeutas ocupacionais, pessoas qualificadas pessoas para fazer o acompanhamento do idoso. Sabemos que, às vezes, o problema do idoso está dentro de casa, dificuldade de ir à feira, e pode acometer sua saúde nesses pequenos trajetos. Esse programa de acompanhamento, que já é premiado, que hoje é restrito, vai ser expandido para a periferia da cidade de São Paulo, e em todas as supervisões haverá um programa de acompanhamento do idoso.

Para concluir, em relação à tuberculose e à dengue, creio que todas as vezes que fazemos avaliação dos serviços, das ações de saúde, é muito importante ver no que a saúde pode produzir resultado e aquilo que outras políticas, que outras condições de vida produzem resultado.

Toda vez que vamos avaliar a epidemia da dengue, o número que permite avaliação, se os serviços de saúde responderam, não e o número total de casos. Na cidade de São Paulo, o número total de casos está relacionado, em quase 90% dos casos os mosquitos estão dentro da casa da pessoa, nos domicílios, não está fora, não está na rua, nas escolas. E não vou sair culpando as famílias pelos mosquitos. Então, não dá para avaliar o serviço de saúde por isso, tem de avaliar pela letalidade. Aonde se pode dizer que houve falha do Secretário de Saúde anterior é se a letalidade, o número de óbitos em relação ao número total de casos, tiver crescido. E não foi isso que aconteceu. De 2013 para cá vem reduzindo o número de óbitos, de acordo com o total de casos. No Estado há aumento. Se compararmos 2013 com 2014, o número de casos é o dobro; e em 2015 é o dobro de 2014. Só aumentou no Estado. No Brasil vinha reduzindo até 2013; depois, em 2014, voltou a aumentar. Enquanto eu

fui Ministro reduziu, viu Fábio?

Então o trabalho do Secretário Felipe e da sua equipe ajudou a reduzir a letalidade. E isso é em relação ao número total de casos, e agora temos de nos preparar para 2016. É importante aproveitar esta audiência que está sendo transmitida pela TV, todos temos de nos preparar pra evitarmos um cenário mais grave ainda em 2016 em relação a dengue porque tem tudo para ser mais grave. O problema da falta d'água é maior, aquilo que antes era no Cantareira, passou para o sistema Alto Tietê, o que impacta fortemente a zona Leste e os municípios do seu entorno. Outro aspecto é que o calor tem sido maior do que era historicamente. Tivemos mais calor este ano e teremos mais o ano de que vem, isso multiplica os mosquitos. Também o mosquito da dengue passou a ser resistente às temperaturas baixas da cidade de São Paulo.

Por ultimo, tivemos 100 mil casos em 2015. Se pegarmos de 2010 a 2015, dá quase 130 mil casos, ou seja, muita gente teve dengue na cidade de São Paulo; e se tiver outro caso de dengue, tem o risco de ser ainda mais grave. Temos de estar atentos.

Agradeço ao Presidente Jair Tatto, a minha equipe, a Dra. Mariana pelo excelente trabalho que faz na Secretaria de Saúde; ao Arthur Pereira, Superintendente da Autarquia, Dra. Regina; Sra. Rose, assessora de Imprensa da autarquia, a todos que estiveram aqui. Ressalto a presença do Dr. Eurípedes, nosso assessor, sempre presente; e o José Otávio, sem o qual eu e a Mariana não conseguiríamos fazer nada. É ele quem organiza tudo.

A Saúde ganha muito com um debate como este.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Secretário Padilha. Declaro encerrada essa parte da audiência pública.

Voltaremos às 14h com a Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Reaberta a audiência, contamos com a presença do nosso Presidente, Vereador Donato; do Vereador Jair Tatto, e do Secretário da Promoção da Igualdade Racial, Maurício Pestana. Obrigado pela presença.

Estão abertas as inscrições aos presentes que desejam formular questões.

Tem a palavra o Secretário para que, rapidamente, faça um resumo, faça às suas considerações.

O SR. MAURÍCIO PESTANA – Boa tarde, Presidente, Vereadores, Vereador

Donato. Vou falar da Secretaria. Ela tem três anos de existência, foi bem difícil colocá-la de pé. Acho que esse é o grande desafio de uma secretaria nova. Agora temos outros desafios, um deles é desenvolver as diversas atividades para consolidarmos os trabalhos.

É uma Secretaria pequena, por isso não quis me estender muito.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário, o senhor conta com orçamento para 2016 de 16,7 milhões. São suficientes os recursos?

O SR. MAURÍCIO PESTANA – Não são suficientes. Na realidade, estamos numa Secretaria em crescimento. Este é o terceiro ano da Secretaria, e agora é que vamos consolidar alguns projetos, como os Centros de Referência da periferia. E nós colocamos algumas coisinhas a mais para ver como vai ficar porque sabemos que o ano vai ser difícil.

P – Em qual rubrica o senhor tem mais demanda? São duas principais rubricas: uma é a 2100 – Pessoal, são 6,3 milhões; e outra é: Promoção de Eventos e Campanhas de interesse do Município, são 5,8 milhões. Em qual delas há mais necessidade orçamentária?

R – Olha, nas duas, Vereador. Na de Eventos é por conta de que há na cidade demandas, e as demandas têm crescido, como é o caso do Mês da Consciência Negra, do mês de maio, que são os mais marcantes. Estamos fazendo isso este mês e sentindo o peso porque quando chega novembro, mês da Consciência Negra, inclusive está na lei do Município de São Paulo, é a semana em que temos de fazer eventos, e pesa bastante. A outra está ligada às ações afirmativas, uma série de coisas que estruturamos na Secretaria e que agora temos de dar resposta.

P – Perfeito. Vejo que é uma demanda de recursos justa. A relatoria do Orçamento pretende incrementar recursos na sua Secretaria. Faremos os estudos necessários e informaremos o senhor, mas haverá aumento significativo em sua receita. Entendemos que é bastante necessário. Discutiremos o valor para cada rubrica. O senhor tem: Ações do Plano da Juventude Viva; Capacitação; e para tudo isso precisamos discutir de quanto serão os recursos, e em qual rubrica podemos incrementar. Na Cultura e Patrimônio Indígena, nós podemos incrementar.

De minha parte, é só isso.

Vereador Jair Tatto, alguma questão?

O SR. JAIR TATTO – Estou lendo aqui Juventude Viva. Esse projeto está também na Secretaria de Direitos Humanos?

O SR. MAURÍCIO PESTANA – Exatamente.

P – Sobrou um valor do ano passado, e a sua Secretaria tinha projeto. Houve transferência?

R – Na realidade, dividimos o programa com os Direitos Humanos. Às vezes, a gente transfere um pouco porque como cuida da juventude, e tem a Secretaria da Juventude... Mas como nosso maior problema é a questão da juventude negra, o Vereador sabe que há casos de genocídio, a gente trabalha muito com essa questão.

O SR. JAIR TATTO – Onde está o Funk Legal aqui? Também saiu de vossa Secretaria, ou está dentro de uma dessas rubricas aqui?

O SR. MAURÍCIO PESTANA – O funk era um programa que a gente levava. Tinha um programa forte mesmo da Secretaria. O que aconteceu? O funk era um programa muito de eventos, e quem realizava esses eventos, que fornecia quase toda a infraestrutura, era SPTuris. Grande parte desses eventos agora estão sendo organizados diretamente pelo SPTuris.

O SR. JAIR TATTO – Termina aqui. Vejo que nosso relatório tem sido generoso com as Secretarias que eu diria iniciantes. Então, vou fazer um apelo aqui, para que V.Exa. também seja generoso com essa Secretaria que desenvolve um papel tão importante em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Posso lhe garantir, Vereador Jair Tatto, que com o apoio de V.Exa. nós seremos generosos com essa Secretaria, que está iniciando uma caminhada difícil, de primeiro ano e segundo ano, que é uma fase de implantação e que agora tem que, efetivamente, desenvolver seus projetos.

O SR. JAIR TATTO – Percebo que foram tiradas muitas atribuições que vocês tinham.

O SR. MAURÍCIO PESTANA – Muito pelo contrário: aumentaram.

O SR. JAIR TATTO – As atribuições que eu digo são de eventos e conseqüentemente financeiras.

R – Ah, as atribuições financeiras, tiraram bastante.

P – Eu termino aqui, relator.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Abro de imediato a palavra para os munícipes que desejam falar. (Pausa) O primeiro inscrito é Fábio Siqueira.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde, Vereador Milton Leite, Vereador Jair Tatto, população presente. Neste mês está consignado à população negra o feriado de 20 de novembro, feriado municipal. Saúdo o Sr. Secretário da Igualdade Racial, Sr. Maurício Pestana, e o Chefe de Gabinete, Sr. Elizeu Lopes, conhecido de todos de longa data.

As perguntas são muito específicas nesta Secretaria. A primeira diz respeito à execução orçamentária. Vejo ainda pouca execução orçamentária nesses 10 meses de 2015, pois o liquidado em sua Secretaria foi de apenas 7.1 milhões dentro de um orçamento de 18,5 milhões. Isso corresponde a 42%. Houve congelamento na Secretaria? Que pastas foram prejudicadas? Quais ações e projetos foram paralisados por esse congelamento?

Isso é muito injusto, visto que é uma Secretaria que atende um segmento importante como o da população negra e também a população indígena. Vale lembrar que a população indígena, apesar de não ter sido consultada, foi para sua Secretaria também. Temos tribos em Jaraguá, em Parelheiros, e também o senhor é responsável pela gestão de recursos e projetos do segmento indígena.

Também vejo como certo prejuízo essa execução orçamentária tão pequena na sua Secretaria.

A segunda pergunta diz respeito à ausência de verbas estaduais e federais previstas na sua Secretaria, outra injustiça. A Secretaria da Mulher tem verba federal, a Secretaria da Pessoa com Deficiência tem verba federal, fonte 02, mas sua Secretaria não tem. Será possível, para o orçamento de 2017, algum entendimento para que levem a sério a sua Secretaria do ponto de vista do Governo Federal? Aliás, o Governo Federal extinguiu o Ministério da População Negra, outro fato lamentável, porque certamente, se a Presidente da

República houvesse falado em extinguir essa Secretaria, talvez nem teria sido eleita como primeira mandatária na nação em outubro passado. Tudo bem que a Secretária de Promoção de Políticas de Igualdade Racial é uma mulher, pessoa competente, mas não trata mais somente das questões da população negra: trata de mulher, trata de direitos humanos e tudo mais.

Também gostaria de perguntar a respeito da capacitação, da verba para capacitação, que são as famosas leis 10.639 e 11.425. Só foram executados até outubro 22 mil reais de um total de 120 mil reais. Eu gostaria de explicação sobre essa baixa execução neste ano e se novembro e dezembro poderá haver esperança de melhor execução desse projeto.

Também pergunto sobre o Conselho e a Conferência. Foi feita Conferência neste ano, será feita no ano que vem. A verba, até o momento, também não está nada liquidada em relação à Conferência. Quanto ao Conselho na sua Secretaria, existe Conselho? A população indígena será contemplada, já que é atinente à sua Secretaria?

A última questão diz respeito ao Plano Juventude Viva. É lastimável. Não sei se o senhor sabe, Sr. Maurício, desse dado que me deixa envergonhado: em 2014, o Prefeito Fernando Haddad colocou no PPA esse programa, o Juventude Viva, na Secretaria de Segurança Urbana como Secretaria responsável. Não foi nem a de Direitos Humanos nem a de população negra, o que é absurdo, pois se militariza um assunto tão importante e que é atinente à população de periferia. Eu gostaria de saber quais são as atividades neste ano de 2015 desse Plano Juventude Viva na sua Secretaria.

Em síntese, era isso. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário, o senhor vai responder todas as perguntas em conjunto ao final. Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Sou Presidente Mundial da Uniglobal Trabalho e Cidades. A Central tem uma organização, que é a Universo Cultural Afros. Minha pergunta é bem pertinente. De 2014 até 2015, houve mais de 13 mil assassinatos na cidade de São Paulo

devido à violência urbana. Desses assassinatos, 64,6% foi de negros afrodescendentes da periferia. O que a Secretaria tem feito em termos de ações para combater essa violência. Segundo: dentro desse universo orçamentário para ser executado em 2016, quais são as entidades que a Secretaria mantém hoje convênio?

Neste ano, não foi executada nenhuma ação de projetos para o desenvolvimento empreendedorismo afro em São Paulo. Pergunto se dentro dessa verba há algum projeto que possa alavancar a geração de emprego e renda e o empreendedorismo afrodescendente em São Paulo.

Outra questão. Quanto foi executado em eventos em 2014 para 2015? Qual o custo desses eventos? Para o dia 20, qual o projeto da Secretaria para ser desenvolvido e qual é o custo? Era o que eu tinha a dizer. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Sr. José Adão.

O SR. JOSÉ ADÃO – Falo em nome do Movimento Negro Unificado. Eu poderia tecer várias justificativas para aumentar o orçamento da Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial, mas vou colocar somente alguns pontos. Em 2009, segundo pesquisa do Ibope-Rede Nossa São Paulo na cidade de São Paulo, 52% dos entrevistados do Município classificaram a Cidade como racista. Em 2015, pesquisa do IRBEM Criança e Adolescente entrevistou 805 estudantes de 10 a 17 anos em todos os municípios da Grande São Paulo, pautando a questão do genocídio e da educação. Nesta Casa, o Movimento Negro Unificado faz parte, desde 2008, da Comissão Organizadora do Plano Municipal de Educação. Várias audiências públicas e reuniões foram feitas nesta Casa. Em uma delas, um especialista que veio colaborar afirmou que, para o Brasil conseguir atingir a média da OCDE de educação, seriam necessários cinco Planos Nacionais de Educação. Em relação ao Plano Nacional, o Município de São Paulo tem uma relevância muito grande.

Então, além das questões que o Secretário Pestana pontuou, dos eventos, do Plano Juventude Viva, da capacitação interna, da questão do Conselho que inclui os indígenas,

a Semana da Consciência Negra tem que ser encarada como o final de um processo anual de atividade, depois de uma marcha. É como se fosse a celebração de um ano.

Nos últimos anos, nós não tivemos uma atuação decisiva da Secretaria nesse sentido. O aumento de verba, portanto, não está pautado somente em relação a essas necessidades passadas, mas em relação ao futuro da Cidade, ao futuro da população negra residente em São Paulo. Nesse sentido, eu gostaria que fosse considerada uma verba em separado, específica em relação à educação, porque a Secretaria Municipal tem parcerias com a Secretaria Municipal de Educação e há várias ações que serão necessárias ser realizadas para implementação do Plano Municipal de Educação.

No Plano Municipal de Educação, as Leis 10.639 e a 11.645 são atribuições dessa Secretaria. Então, a verba que vai ser destinada, pautada somente naquilo que foi reivindicado, vai ser insuficiente em relação ao futuro que nós temos que construir.

Esta Casa deu um passo muito importante na aprovação do Plano Municipal de Educação e a convido a aprofundar esse compromisso no sentido de aumentar a verba específica para a educação. Estendo o convite do compromisso para o empenho da verba parlamentar anual e que a Casa acompanhe a implementação desses recursos para que a Cidade cresça e seja mais justa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Obrigado.

Passo a palavra para o Secretário Maurício para responder às questões formuladas. Tem V.Exa. a palavra, Secretário.

O SR. MAURÍCIO PESTANA – Acho que as perguntas que o Sr. Fábio fez são muito pertinentes e vão ao encontro não só ao que nós estamos fazendo na Secretaria agora e mesmo no período que nós ainda estávamos estruturando a Secretaria, que, volto a repetir, é nova.

Vamos começar pela questão indígena. Nós temos um grupo atuante, forte na

Secretaria, que trabalha juntamente com a Secretaria de Cultura, com a de Direitos Humanos e com outras Secretarias na reorganização. Depois da Lei 11.000, a questão indígena ficou muito colada à questão racial. Aliás, grande parte de suas ações é inspirada no que nós conquistamos como comunidade negra. Hoje, então, a nossa Secretaria tem uma presença muito forte nessa questão.

O que já está sendo programado? Primeiramente, nós já fizemos vários encontros neste ano, fomos a várias aldeias, organizamos o Conselho e vamos ter uma conferência e uma pré-conferência no ano que vem, cuja provisão inclusive já está no nosso orçamento. É algo que nós temos tratado com muito rigor e que estamos encaminhando até com a mesma determinação com a qual nós atuamos em outras questões para as quais a Secretaria tem se voltado muito; uma delas é a questão racial, que hoje é um problema seriíssimo, haja vista os números da violência contra os jovens negros na periferia.

Em relação à execução orçamentária, nós já executamos 94%. Por que não aparece tanto? Porque os nossos grandes eventos, a nossa grande pressão acontece no mês da Consciência Negra. Fazendo um link entre essa questão e a do empreendedorismo, várias das nossas ações estão voltadas para o empreendedorismo. Uma delas, que começou hoje no Largo do Paissandu, é uma feira de empreendedorismo de produtos afro, na qual nós estamos apostando muito para que o Largo do Paissandu seja um espaço, principalmente neste período em que estamos vivendo, de tanta dificuldade econômica, que possa abrigar essa feira permanentemente, assim como existe na Liberdade, bairro que ficou marcado por uma feira de orientais. Então, nós temos nos reunido, nós temos trabalhado, nós temos feito algumas formações com esse público específico, que são os afrodescendentes.

Fora isso, nós temos outra vertente, que eu acho bastante interessante, que é falar sobre a empregabilidade. Por que falar de empregabilidade, principalmente a dos afrodescendentes? Porque nós temos, na cidade de São Paulo, implementada a Lei de Cotas, que destina 20% de todas as vagas no serviço público, desde a vaga de estagiário até a de

Secretário, para afrodescendentes. É importante dizer que, desde quando nós começamos a trabalhar com isso, já ganhamos alguns prêmios, inclusive a de melhor lei da América Latina em termos de inclusão de negros. Então, começamos a ver que nós não precisávamos trabalhar com vaga no serviço público, mas envolver também o setor privado.

Neste ano, nós fizemos um encontro para o qual nós mobilizamos grandes empresas. De uma perspectiva da participação de cem pessoas, nós conseguimos reunir 250 empresas que têm programa de ação afirmativa e de negros. Daí termos desenvolvido um grande programa em curso de inclusão também no serviço privado. Por isso falo que a Secretaria teve um papel de formatação nos seus primeiros dois anos, mas hoje ela está indo muito além, porque nós estamos trabalhando direto com o tema Desenvolvimento Econômico para a Comunidade Negra. Nós estamos querendo implementar essa experiência também na área indígena.

Sobre o Juventude Viva, quem cuida do programa no âmbito do Governo Federal é a Secretaria de Direitos Humanos. Portanto, ela é quase uma parceira natural da Secretaria de Direitos Humanos da cidade de São Paulo. Nós dividimos o programa, mas nós atuamos em várias ações que chegaram para a Secretaria da Igualdade Racial, já que ela cuida efetivamente de todas as demandas ligadas à questão do negro, e o Juventude Viva, um programa do Governo Federal, surgiu para colocar um freio no genocídio da população negra, já que hoje o número de negros mortos todos os finais de semana é assustador neste país.

Algumas das ações que nós fizemos. Por exemplo, uma demanda que nos chegou e que eu diria que não estava diretamente ligada ao Juventude Viva, mas que nós acabamos incorporando e solucionando são os bailes funk na cidade de São Paulo. Era um caso não só de ordem pública, de polícia, de perseguição a esses meninos. Nós conseguimos colocar na mesma mesa a Polícia Militar, a Polícia Civil, várias lideranças desses bailes e começamos a transportar esses bailes para alguns locais públicos, como o Autódromo de Interlagos, dentre outros, e nós pretendemos expandir mais ainda. Nós fizemos isso na zona Sul e nós já

estamos concluindo essa ação na zona Norte e na zona Leste.

Como nós percebemos que isso era uma questão muito mais de eventos do que de qualquer coisa, acionamos a SPTuris, e hoje tem lá um departamento que está cuidando dessa questão. É importante dizer que a nossa Secretaria é transversal, ou seja, tem que atuar com os demais órgãos e não pode pegar a responsabilidade somente para ela.

Agora entro na área da educação. Há na Secretaria de Educação uma ação muito grande, mas é outro órgão com o qual nós trabalhamos repetidamente. Nós temos um programa com essa Secretaria, que era uma das metas do Governo Haddad, de formar 18 mil professores. Nós formamos quase 30 mil e já concluímos essa meta. Aliás, as duas metas deste Governo que a Secretaria tinha foram cumpridas: uma era a formação da Secretaria; a outra era a formação desses professores.

Já falei das ações contra a violência, um trabalho que nós estamos desenvolvendo não só nós bailes. Agora, estou aberto a responder outras perguntas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Considerando que não há mais inscritos, peço ao Secretário que proceda à explanação de suas considerações finais.

Antes, porém, informo que ficou acordado entre os membros que haverá um incremento para a Secretaria de V.Exa.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Não é normal, mas eu vou abrir uma exceção.

(NÃO IDENTIFICADO) – Obrigado.

Está previsto no Plano Municipal de Educação que, em dois anos, sejam realizados os Planos Regionais de Educação. Então, poderão haver 13 ou 32 Planos Regionais. Se for pela Prefeitura, serão 32; se for pelas DREs, 13.

Vereador Milton Leite, a qualidade desse Plano Regional está no fato de que todas

as propostas poderão ser construídas de baixo para cima. Então, vai haver um Plano Regional na Cidade Tiradentes, um no Butantã, um de Parelheiros, e assim por diante. Nesse sentido, essa parceira, SMPIR com a Secretaria Municipal de Educação tem que ser consolidada não somente na questão de formar professores. Após a formação, será questionado o que a educação, o que o empreendedorismo poderá fazer por essas regiões. Essa é a questão básica.

Reforço, Secretário Pestana, a ideia de que a própria SMPIR vá além e veja realmente como se pode se dar, de forma mais efetiva, o Plano Municipal e, nessa efetivação, a materialização do papel da sua Secretaria e o papel da Secretaria Municipal de Educação.

Obrigado, Vereador Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra, Secretário.

O SR. MAURÍCIO PESTANA – Eu só queria responder e concluir que o maior projeto que estamos desenvolvendo na Secretaria é o de desenvolvimento econômico. Nós sempre falamos que, para resolver o problema da questão racial no Brasil, nós temos que tentar não repetir neste século o que foi feito no século XX, o século da exclusão. Por isso, todos os nossos projetos estão voltados para o desenvolvimento econômico. Tanto é que nós vamos promover a Semana da Consciência Negra, não mais o Dia da Consciência Negra no dia 20 de novembro. Para tanto, nós já chamamos várias vertentes da sociedade paulistana para participar e já fechamos várias parcerias. Estamos, portanto, começando a fechar um grande projeto de desenvolvimento econômico na cidade de São Paulo.

Agradeço pela oportunidade da visita e coloco a Secretaria à disposição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Perfeito. Nós é que agradecemos a presença de V.Exa., Sr. Secretário.

Convido os presentes a participarem da próxima audiência pública sobre o PL 538/15, do Orçamento 2016, que será realizada em 18/11, quarta-feira, às 9h, no auditório

Prestes Maia, no primeiro andar, cujos temas serão: Subprefeituras Norte e Leste – Casa Verde, Jaçanã, Tremembé, Santana, Tucuruvi, Vila Maria e Vila Guilherme, Ermelino Matarazzo, Itaim Paulista, Itaquera, São Miguel Paulista, Cidade Tiradentes, Guaianases, São Mateus, Sapopemba, Aricanduva, Mooca, Penha e Vila Prudente. Considerando que ainda não participaram das outras audiências públicas, deverão também estar presentes representantes da Freguesia do Ó, Perus, Butantã, Jabaquara, Santo Amaro e Parelheiros.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a audiência pública.

Estão encerrados os nossos trabalhos.